

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VINICIUS DE LARA RIBAS

**ENTRE O EMPIRISMO E A TEORIA:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL
SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL (1956-2014)**

PORTO ALEGRE
2016

VINICIUS DE LARA RIBAS

**ENTRE O EMPIRISMO E A TEORIA:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL
SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL (1956-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Ribas, Vinicius de Lara

Entre o Empirismo e a Teoria: uma análise da
Produção Científica Nacional sobre Comportamento
Eleitoral (1956-2014) / Vinicius de Lara Ribas. --
2016.

72 f.

Orientador: Paulo Sérgio Peres.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Comportamento Eleitoral. 2. Paradigma
Comportamentalista. 3. Ciência Política Brasileira.
I. Peres, Paulo Sérgio, orient. II. Título.

VINICIUS DE LARA RIBAS

**ENTRE O EMPIRISMO E A TEORIA:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL
SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL (1956-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Ciência Política.

Trabalho apresentado em 25 de fevereiro de 2016, sob o exame da seguinte banca:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres – PPGCP/UFRGS
(Orientador)

Profª. Drª. Silvana Krause – PPGCP/UFRGS

Profª. Drª. Thiago Sampaio – PPGPP/Unipampa

Profª. Drª. Maurício Michel Rebello – UFFS

Para Neuza Penalvo e Pedro Silva, amigos.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim do curso de Mestrado não foi uma tarefa fácil. Nos últimos 24 meses, dediquei de forma integral meu tempo ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Nesse período, pude contar com amigos, colegas e professores que me deram a chance de aprender junto com eles não apenas sobre ciência política, mas também como melhorar enquanto pesquisador, questionar as “verdades” da ciência e trabalhar na análise política de forma rigorosa.

Primeiramente, gostaria de agradecer a orientação e amizade do Prof. Dr. Paulo Peres. Orientador rigoroso e com senso crítico apurado, Paulo combina a compreensão que só os amigos têm com um estímulo constante à pesquisa e a discussão científica. Deixo aqui explícito não apenas meu agradecimento e amizade, mas também reconhecimento pelo trabalho intelectual e institucional do Paulo Peres no PPG e, por consequência, na minha própria formação.

Aos amigos e amigas de Universidade, Arthur Rotta, Bruno Conceição, Carlos Arthur Gallo, Carolina Ascal, Cristiana Maglia, Felipe Zorzi, Manoel Caetano Passos, Melina Mörschbacher e Raíssa Nothhaft agradeço pelos momentos de estudos compartilhados, pelos segredos guardados e dias e noites em que estivemos juntos. Aos amigos “*de fora*” da UFRGS, Carol Jacobi, Gustavo Bernardes, Pedro Silva e Thiago Braga agradeço pelo apoio de sempre, pelas cervejas compartilhadas e pelas discussões. Vocês todos formam um Porto ainda mais Alegre pra mim.

Se, como disse Eduardo Galeano, o mundo vive das utopias, gostaria de agradecer também aos companheiros que me ajudam a vivê-las: Darla Ribeiro, Adilson Zabiela, Antônio Lima, Bruna Rossi, Flavio Nardy, Gislaíne Oliveira, Laura Wottrich e Marcelo Azambuja, do Núcleo Paulo Freire de Educação Popular. Vocês me ajudam a sonhar um mundo um mundo melhor e me dão a energia para que possamos, juntos, alcançá-lo.

Aos amigos “especiais”, de longa data e muitos quilômetros, agradeço pelo estímulo de sempre de quando estamos juntos. Portanto, para Eduardo Witt, um obrigado com todo o amor que houver nessa vida. Para Larissa Massote e Luciana

Couto, de Brasília, um obrigado cheio de saudades. Para Neuza Penalvo, de São Borja, um obrigado que – espero eu – se transformará em abraços apertados muito em breve.

No início da minha formação acadêmica, curso de graduação em Ciência Política da Unipampa, contei com o apoio intelectual e estímulo de Angela Quintanilha Gomes, Davide Carbonai e Thiago Sampaio. Os agradeço por me apresentarem a área da Ciência Política como fizeram, colaborando para que eu estivesse hoje na Pós-Graduação. Angela Gomes, mais do que uma excelente professora, é também uma amiga com quem pude contar em muitos momentos. Obrigado, especialmente a você, por tudo.

Ao Tiago Costa – o mais novo estudante da UFRGS! – agradeço pela presença e apoio nos momentos finais. A dissertação só está finalizada porque tive (e ainda conto com eles) esses momentos, conversas e segredos confiados um ao outro.

Aos meus pais, Eli Lara e Fernando Ribas, e avós, Dario e Ziza Lara, obrigado pela confiança em mim depositada e pelo orgulho com que falam de mim. A toda família, um agradecimento de coração por se sentirem tão orgulhosos de mim.

Essa dissertação contou com valiosas indicações de leitura feitas pelo professor Héliqio Trindade, a quem agradeço. Sem elas, o trabalho certamente seria deficitário. Aos professores do PPG em Política da UFRGS com quem tive aula, especialmente Carlos Arturi, Hélio Alves e Silvana Krause, agradeço as aulas e seminários nos anos de 2014 e 2015, também fundamentais para esse texto.

O cotidiano burocrático dos estudos na Pós-Graduação foi facilitado pelo trabalho do secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Lucas Greff Dias, a quem agradeço pela presteza e gentileza de sempre. Por fim, a realização do curso só foi possível em razão da concessão de bolsa de estudos da CAPES, instituição a quem também deixo meu agradecimento.

Vinicius de Lara Ribas

RESUMO

A dissertação de mestrado analisa os artigos publicados a respeito do Comportamento Eleitoral no Brasil em periódicos científicos com impacto nacional. Para tal, discute os primeiros trabalhos publicados, datados do fim dos anos 50, até os dias atuais, em revistas nacionais de Qualis A1 e A2. O trabalho discute a evolução das teorias de explicação do voto na ciência política brasileira e tem como argumento principal que os estudos sobre o comportamento eleitoral foram cruciais para a construção da autonomia acadêmica da disciplina e a introdução e difusão do paradigma comportamentalista, ajudando a construir uma Ciência Política no Brasil que se preocupa com a análise empírica e a quantificação. Entretanto, as revistas que servem de plataforma para as publicações, os pesquisadores e seus vínculos institucionais mostram que há uma concentração dessa linha de pesquisa e da produção em instituições de pesquisa da região Sudeste. Também há uma concentração moderada no tipo de abordagem utilizada, pois predomina a explicação psicológica e, em segundo lugar, estudos de geografia eleitoral. Ao analisarmos o desenvolvimento teórico dos estudos publicados no formato artigo em revista, defendemos que a próxima etapa da construção da autonomia acadêmica da disciplina, pelo menos no que se refere à subárea de estudos de comportamento eleitoral, é a descentralização dos meios de produção científica – revistas, editoras, etc. – e a própria produção científica, assim como o aumento do pluralismo teórico e metodológico no estudo desse tema.

Palavras-chave: Comportamento Eleitoral; Paradigma Comportamentalista; Ciência Política Brasileira.

ABSTRACT

The master's thesis analyzes the articles published about the Voting Behavior in Brazil in scientific journals with national impact. As such, it discusses the first published works, dating from the late 50s until the present day, in national journals Qualis A1 and A2. The paper discusses the evolution of theories of vote explanation in Brazilian political science and its main argument is that the studies on voting behavior were crucial to the construction of the academic autonomy of discipline and the introduction and dissemination of the behaviorist paradigm, helping to build a political science in Brazil that cares about the empirical analysis and quantification. However, the magazines that serve as a platform for publications, researchers and their institutional links show that there is a concentration of such research and the production line at research institutions in the Southeast. There is also a moderate concentration in the type of approach used, as predominates the psychological explanation and, secondly, electoral geography studies. By analyzing the theoretical development of the studies published in article magazine format, it is argued that the next stage of construction of the academic autonomy of the subject, at least in regard to the subfield of electoral behavior studies is the decentralization of scientific production means - magazines, publishing houses, etc. - And the scientific production itself, as well as the increase of the theoretical and methodological pluralism in the study of this subject.

Keywords: Voting Behavior; Behaviorist Paradigm; Brazilian Political Science.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 Evolução do Número de Artigos Publicados nos Periódicos Seleccionados (1956-2014)..... | 41 |
| GRÁFICO 2 Distribuição dos Artigos de Acordo com o Periódico (1956-2014) | 42 |
| GRÁFICO 3 Utilização de <i>Survey</i> nos Artigos Analisados, por Periódico..... | 43 |
| GRÁFICO 4 Variáveis Privilegiadas nos Artigos que Utilizaram <i>Survey</i> , por Revista... 44 | |
| GRÁFICO 5 Artigos que Utilizaram Resultados Eleitorais, por Periódicos..... | 45 |
| GRÁFICO 6 Artigos que Utilizaram Geografia Eleitoral, por Periódico..... | 46 |
| GRÁFICO 7 Artigos que Utilizam Teoria da Escolha Racional, por Periódico..... | 47 |
| GRÁFICO 8 Frequência das Publicações por Tipo de Abordagem e Período..... | 51 |
| GRÁFICO 9 Titulação dos Autores..... | 52 |
| GRÁFICO 10 Instituição de Titulação dos Autores..... | 53 |
| GRÁFICO 11 Vínculo Institucional dos Autores..... | 54 |
| GRÁFICO 12 Distribuição Proporcional dos Artigos de Acordo com a Região dos Autores..... | 54 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1 Características Epistemológicas e Metodológicas das Teorias Explicativas do Comportamento Eleitoral..... | 32 |
| QUADRO 2 Informações sobre as Revistas Seleccionadas para a Análise Classificatória. | 34 |
| QUADRO 3 Frequência de Teorias Explicativas em trabalhos de Comportamento Eleitoral no Brasil por décadas (1956-2014)..... | 50 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução..... | 13 |
| 2. Contextualização do Problema: as Eleições como objeto de debate e estudo... 16 | |
| 3. Enquadramento Teórico e Metodológico | |
| 3.1 Perspectiva Teórica..... | 25 |
| 3.2 Metodologia de Seleção de Periódicos e Artigos..... | 32 |
| 4. Análise dos Estudos Eleitorais no Brasil | |
| 4.1 A História dos Estudos Eleitorais no Brasil..... | 34 |
| 4.2 Análise das Publicações sobre Estudos Eleitorais em Periódicos Científicos..... | 40 |
| 4.3 Análise do Perfil dos Autores que Publicaram sobre Comportamento Eleitoral..... | 52 |
| 5. Considerações Finais..... | 55 |
| Referências Bibliográficas..... | 57 |
| Anexo..... | 71 |

1. INTRODUÇÃO

Embora não exista uma historiografia da Ciência Política no Brasil, há uma história sobre seu surgimento que se tornou amplamente aceita na área (LAMOUNIER 1982; FORJAZ 1997, 1979; LESSA, 2010). Segundo essa história, a disciplina enquanto tal somente surgiu no país nos anos 1960, em decorrência da criação dos seus primeiros programas de pós-graduação, nos quais havia uma nova geração de cientistas políticos realmente politólogos que imprimiram aos estudos políticos os requisitos científicos necessários para agregar o termo ciência à palavra política, tornando possível a existência de uma verdadeira ciência da política. Toda a tradição de reflexão política que existia até então foi etiquetada como Pensamento Político Brasileiro – aqueles pensadores contribuíram enormemente para a nascente Ciência Política nacional, dando-lhe os temas e problemas a serem enfrentados; mas, do ponto de vista metodológico, o que eles faziam não era ciência.

Esta dissertação adota outra perspectiva. Se considerarmos a historiografia da disciplina nos Estados Unidos *vis-à-vis* o conceito de paradigma científico (KUHN, 2005), perceberemos que o Pensamento Político Brasileiro era um tipo de Ciência Política similar àquela que existia naquele país e na Europa desde o século XIX até pelos menos os anos 1940. As abordagens formalistas, estrutural-funcionalistas, normativas e com uma concepção de análise empírica mais próxima do estudo documental e histórico, foram denominadas de antigo institucionalismo e são consideradas a Ciência Política da época. Aquela era a concepção de ciência e eles julgavam que faziam ciência. A “revolução comportamentalista” que transformou a concepção de análise empírica e investigação científica também rotulou a abordagem tradicional como não-científica, mas isso fez parte da disputa epistemológica que envolve o surgimento de novos paradigmas. Os neo-institucionalistas costumam criticar os comportamentalistas que se dedicam aos estudos de cultura política, acusando-os da mesma coisa. Provavelmente, quando outro paradigma se estabelecer em oposição crítica ao neo-institucionalismo, recorrerá ao mesmo tipo de alegação, como já vem ocorrendo no caso das objeções à teoria da escolha racional.

Portanto, antes dos anos 1960 já tínhamos Ciência Política no Brasil, e essa era a mesma que havia na Inglaterra, França e Estados Unidos. O que não tínhamos e que surgiu antes nos Estados Unidos, mas não nos outros países europeus, era uma Ciência Política academicamente autônoma. Essa autonomia significa estabelecer uma disciplina desvinculada das demais, com cursos próprios, uma formação exclusiva e profissionais especializados e reconhecidos como membros dessa disciplina. Nos Estados Unidos, essa autonomia tem início nas duas décadas finais do século XIX e ganha impulso em 1903, quando foi criada a Associação Americana de Ciência Política. No Brasil, a Ciência Política já existia como disciplina desde o século XIX no curso de Direito, especialmente ligado às matérias de Teoria Geral do Estado. Depois, a partir dos anos 1930, quando surgem os primeiros curso de Ciências Sociais, a Ciência Política também mantém sua posição como disciplina acadêmica, mas vinculada às demais, especialmente à Sociologia. Sua autonomia enquanto uma disciplina com uma formação e um curso próprios não ocorrerá pela via dos cursos de graduação, mas sim pela pós-graduação.

Em resumo, a Ciência Política não surgiu nos anos 1960, mas começou ali seu processo de autonomização. Esse processo coincidiu com a introdução das abordagens comportamentalistas no país, trazidas por jovens cientistas políticos que fizeram seu doutoramento em universidades dos Estados Unidos. Isso significa que o início da construção da autonomia acadêmica da disciplina se deu por meio de pesquisadores e pesquisas de orientação comportamentalista. Esses cientistas privilegiaram investigações sobre as eleições, tendo como objeto o comportamento eleitoral e a técnica do *survey* e as análises estatísticas em suas “caixas de ferramentas” metodológicas. À recente linha de estudos eleitorais, que havia começado nos anos 1950, concentrada principalmente em análises descritivas e geografia eleitoral, os jovens cientistas políticos iriam agregar os principais tipos de abordagem desenvolvidos no contexto norte-americano – as explicações sociológica e psicológica do voto.

Pode-se dizer então que os estudos eleitorais, principalmente sobre o comportamento eleitoral, contribuíram e vem contribuindo para a construção da

autonomia acadêmica da Ciência Política no Brasil, para o crescimento da área e para a consolidação de sua profissionalização. Os estudos eleitorais estão ligados ao surgimento e à expansão no número de periódicos de Ciências Sociais e Ciência Política, às linhas de pesquisa de programas de pós-graduação, a GTs de encontros científicos e à produção de conhecimento sobre a política brasileira. Nos anos 1950, os estudos pioneiros analisavam a primeira experiência democrática do país. Mesmo depois do golpe de 1964, as pesquisas sobre o comportamento eleitoral continuaram e até cresceram, pois a manutenção de eleições e sua utilização como uma canal de contestação institucional ao regime pelos brasileiros tornava sua análise ainda mais relevante (LAMOUNIER, 1988). Durante o processo de abertura e, depois, na consolidação democrática, a partir de meados dos anos 1990, criaram uma ambiente ainda mais propício aos estudos eleitorais com o foco no comportamento dos eleitores.

Meu objetivo nesta dissertação é reconstruir a história dos estudos eleitorais no Brasil, desde os anos 1950 até 2014, tendo como eixo analítico as publicações sobre o tema nas principais revistas científicas da área. São selecionadas nove revistas e analisados todos os artigos que trataram dessa temática, com base numa classificação que leva em consideração o tipo de abordagem utilizada. São quatro as abordagens ou explicações principais – a sociológica, a psicológica, a econômica e geografia eleitoral. A proposta é identificar os tipos predominantes por período e revista, de modo a construir um perfil da evolução histórica desses estudos de acordo com a metodologia e as variáveis privilegiadas nas análises.

Ao dissertar sobre a evolução histórica dos estudos eleitorais no país, defendo a seguinte posição: os estudos sobre o comportamento eleitoral foram cruciais para a construção da autonomia acadêmica da disciplina e a introdução e difusão do paradigma comportamentalista, ajudando a construir uma Ciência Política no Brasil que se preocupa com a análise empírica e a quantificação. Contudo, as revistas que servem de plataforma para as publicações, os pesquisadores e seus vínculos institucionais mostram que há uma concentração dessa linha de pesquisa e da produção em instituições de pesquisa da região Sudeste. Também há uma

concentração moderada no tipo de abordagem utilizada, pois predomina a explicação psicológica e, em segundo lugar, estudos de geografia eleitoral. Isso significa que a próxima etapa da construção da autonomia acadêmica da disciplina, pelo menos no que se refere à subárea de estudos de comportamento eleitoral, é a descentralização dos meios de produção científica – revistas, editoras, etc. – e a própria produção científica, assim como o aumento do pluralismo teórico e metodológico no estudo desse tema.

Desse modo, a exposição está estruturada da seguinte forma: na próxima seção, contextualizo o problema de pesquisa tanto histórica como teoricamente; Em seguida, apresento o enquadramento teórico e metodológico; Depois, apresento uma breve reconstrução histórica dos estudos eleitorais no país, tendo as publicações e as revistas científicas como ponto de apoio para mostrar essa evolução e, finalmente, analiso os artigos publicados, classificando-os de acordo com a abordagem adotada, assim como o perfil acadêmico e institucional dos autores.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: AS ELEIÇÕES COMO OBJETO DE DEBATE E ESTUDO

As eleições são parte essencial das democracias contemporâneas e, precisamente por isso, despertaram o interesse acadêmico, suscitaram debates públicos e provocaram polêmicas entre os intelectuais desde o processo de ampliação do sufrágio a partir da segunda metade do século XIX. Na Inglaterra, por exemplo, uma das mais intensas controvérsias envolveu seu sistema eleitoral majoritário, responsável pela composição da Casa dos Comuns e também pela formação do governo, conforme a mecânica parlamentarista. No final dos anos 1850, o jurista e maior defensor da representação proporcional, Thomas Hare, alegava que o princípio majoritário seguido no seu país não era verdadeiramente democrático porque provocava a exclusão das minorias e, portanto, resultava na sub-representação de grupos sociais e partidos (HARE, 1857, 1859). Diante disso, ele propôs a representação proporcional como um princípio alternativo capaz de produzir governos mais democráticos – até John Stuart Mill entusiasmou-se com seu modelo e passou a defendê-lo vividamente (MILL, 1861).

Inclusive, a fórmula de Hare acabaria entrando para o rol dos tipos de sistemas eleitorais adotados em alguns países, sendo o primeiro deles a Irlanda, em 1923 (FARRELL, 2001; GALLAGHER; MITCHELL, 2005).

Algo semelhante sucederia com a proposta de outro inglês, Henry Richmond Droop. Num artigo publicado no *Journal of Statistical Society*, Droop (1881) discutiu, de modo pioneiro, os efeitos sociais e políticos das diferentes fórmulas eleitorais. Inclusive, essa interação também foi considerada de modo mais detido por Francis Edgeworth, no mesmo periódico (cf. BUTLER, 2014), resultando na proposição de daquela que talvez seja a primeira formalização para a correlação entre o sistema eleitoral e a distribuição das cadeiras legislativas – algo que só será considerado mais amplamente pelos cientistas políticos depois da publicação da obra de Duverger (1951)¹. Inúmeros outros trabalhos, contendo a mesma preocupação, foram publicados entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX no já prestigioso *Journal*.

As páginas do *Edinburgh Review* também serviram de plataforma para debates semelhantes sobre os sistemas de votação e para propostas de reformas eleitorais². Um dos artigos de maior repercussão foi uma carta aberta ao membro do parlamento, Lorde John Russell, escrita por James Garth Marshall, em 1854. Ele disse haver “(...) an important defect in the mechanism of our representative system as it exist (...). That defect consists in the very imperfect provision which the presented mode of voting for Parliament Representatives affords for the fair and proportionate representation of the various political parties or opinions (...)” (MARSHALL, 1854)³. Baseado nesse

¹ Antes disso, Droop (1869) propôs uma forma de distribuição das cadeiras que ficou conhecida como *Quota Droop*, adotada em alguns países.

² Houve quatro revistas chamadas *Edinburgh Review*. A primeira surgiu em 1755 e foi editada apenas até 1756, mas publicou importantes revisões de obras de grande impacto, como as de Rousseau e Adam Smith. A mais importante e que se refere ao período aqui discutido surgiu em 1802 e foi editada até 1929, com quatro números anuais. Ela foi uma das mais importantes revistas britânicas durante sua existência, defendendo os valores do romantismo e as ideias liberais, sendo considerada uma revista a favor das posições dos Whigs (CHRISTIE, 2009) e de posição reformista. Sua rival, favorável aos Tories, era a *Quarterly Review*. Diversos intelectuais de renome publicaram na *Edinburgh Review*, como, por exemplo, Walter Scott, Sismondi, John Stuart Mill, Herbert Spencer e Bertrand Russell. Atualmente, há uma quarta revista com o mesmo nome, com publicações regulares e também focada em temas literários e políticos.

³ Tradução: “Existe um defeito importante no mecanismo de nosso sistema representativo [...]. Esse defeito consiste na previsão imperfeita que o modo apresentado de votar em representantes do

diagnóstico, pode-se dizer que James Marshall adianta-se em relação a Thomas Hare na defesa do voto proporcional⁴, em favor de uma modalidade que ele chamou de voto cumulativo⁵. Mas ainda antes de Marshall, num artigo de 1849, que resumia um texto muito mais amplo publicado em livro no mesmo ano, George Cornwall Lewis fez sérias objeções em relação aos sistemas majoritários, como eram os casos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Nas entrelinhas, Lewis (1849) advogava a causa da representação das minorias, que era a forma de denominação do sistema proporcional àquela época.

Portanto, antes da publicação da mais conhecida defesa do sistema proporcional, por Hare (1857, 1859), havia ali um intenso debate em relação à representação das minorias, com a proposição de fórmulas que visavam a viabilizar o verdadeiro governo representativo (cf. SAUNDERS, 2011). Inclusive, o modelo de voto único transferível – *single transferible vote* (STV) –, normalmente atribuído a Thomas Hare, já havia sido proposto por Carl Christoffer Andræ, um político e matemático dinamarquês – sua fórmula chegou a ser adotada nas eleições de 1855 em seu país. Há indicações, porém, de que a primeira versão do STV de que se tem notícia foi criada em 1819 pelo matemático inglês Thomas Wright Hill (LAKEMAN, 1970; TIDEMAN, 2006). Sua proposta de STV foi aplicada por seu filho, Rowland Hill, em 1840, numa eleição para o conselho da cidade de Adelaide, na Austrália, para onde ele havia migrado.

Além desse intenso debate acerca do sistema eleitoral, também nessa época surgiram os levantamentos de dados eleitorais na Bretanha, com sua contabilização por distrito. Diversos tipos de informações eram coletadas e, algumas vezes, analisadas de maneira descritiva (BUTLER, 2014). Samuel Lewis, por exemplo, um

Parlamento proporciona uma a representação justa e proporcional dos diversos partidos ou opiniões políticas [...]”. Essa carta foi publicada em seguida, em Londres, cuja edição é a fonte utilizada na citação.

⁴ Marshall (1854) diz o seguinte: “I advocate the cumulative vote because its propensity is to steady the utterance of the will of the people, and to steady its influence upon the government which serves them; because I consider it to assist us in extending amongst the masses their just and wholesome share of political responsibility and political privileges.”

⁵ “By cumulative vote”, explica Marshall (1854), “I mean a system of voting where each elector in constituency having as many votes as there are representatives to be elected in his county or borough, and distributing his votes as he pleases, may at his option give one vote to each candidate, or accumulate the whole number of his votes in favor of one candidate.”

editor que publicava mapas e dicionários topográficos do Reino Unido, publicou um mapeamento da alteração dos distritos a partir da reforma eleitoral de 1832. No mesmo período, emergiram e ganharam volume análises e estudos, embora ainda rudimentares, sobre os processos eleitorais, cujo exemplo mais destacado é o notável livro de Joseph Grego sobre a história das eleições parlamentares desde a dinastia dos Stuart (GREGO, 1892).

Na França, onde havia uma tradição de estatística criminal desde o século XIX, a reflexão sobre eleições e sistemas de votação surgiu no debate público no final do século XVIII, tendo como expoentes duas figuras centrais nas ciências e na política do país – o Marquês de Condorcet e Jean-Charle de Borda. Àquela altura, décadas antes da emergência da democracia de massas, a preocupação dos dois matemáticos e teóricos sociais não seriam as eleições com ampla participação popular, mas processos de decisão coletiva mais restritos. Em 1770, Borda formulou um sistema de votação que tinha a intenção de representar a escolha mais aproximada da vontade dos membros de um grupo reduzido, e seu modelo foi adotado durante muitos anos nas eleições para a academia de ciências francesa. Crítico desse modelo, Jean-Marie de Caritat, o Marquês de Condorcet, apresentou uma proposta alternativa, em 1785, cujos desdobramentos seriam centrais para o futuro desenvolvimento da teoria da escolha social ou escolha pública, especialmente depois que o paradoxo que ele encontrou nas decisões coletivas foi retomado por Kenneth Arrow em meados do século XX (ARROW, 1951)⁶.

Não obstante, no contexto francês, apenas em 1913 surgiu uma análise mais concentrada nas eleições enquanto um processo democrático de massas. André Siegfried publicou um estudo sobre a influência da geologia das regiões francesas sobre a estruturação das micro-sociedades e, por extensão, do comportamento dos eleitores (YSMAL, 1995). Assim, ele fundava o que veio a ser a área de pesquisas denominada geografia eleitoral (SIEGFRIED 1913, 1930), uma linha de investigação

⁶ Carles Dodgson, conhecido pelo seu nome de escritor, Lewis Carrol, apresentou um modelo para tentar solucionar o paradoxo de Condorcet. Em três panfletos distribuídos entre seus colegas do Christ Church College, em Oxford, entre 1873 e 1876, Dogson criticou o processo de tomada de decisão da faculdade e, no último panfleto, intitulado *A Method of Taking Votes on more than Two Issues*, apresenta sua proposta, conhecida como Método Dogson.

que crescerá na França e em outros países até os anos 1940-1950, quando perderá terreno para as explicações sociológicas e psicológicas do voto desenvolvidas nos Estados Unidos.

No contexto norte-americano, o interesse pelas eleições surgiu de maneira menos intensa no século XIX, embora tenha merecido a atenção de Francis Lieber, o primeiro cientista político profissional da história e fundador da cadeira de Ciência Política na Universidade de Colúmbia, em 1857. Inclusive, Lieber (1853) terá realizado o primeiro estudo de estatística eleitoral (cf. FREIDEL 1947). No início do século XX, Charles Merriam (1908), antes de converter-se ao behaviorismo, publicou um estudo qualitativo, mas importante, sobre a história das eleições primárias, analisando a legislação eleitoral, o que era algo inovador nos Estados Unidos. Mas já a partir dos anos 1920, no contexto da emergência dos ideais científicos do comportamentalismo e da atuação de Merriam, na Universidade de Chicago, aparecem alguns estudos eleitorais inovadores, baseando-se inclusive em algum instrumental estatístico e até recorrendo, ainda de maneira moderada e precária, à técnica do *survey* (cf. HEANEY; HANSEN 2006). Estes serão os casos de Merriam e Gosnell (1924) e Gosnell (1927, 1930).

Agora, o ponto de partida dos estudos acadêmicos sobre o comportamento eleitoral está nos anos 1940 e, de maneira mais definitiva, no início dos anos 1960, nos Estados Unidos; respectivamente nas Universidades de Colúmbia e Michigan. Em Colúmbia, o sociólogo e metodólogo Paul Lazarsfeld trouxe para a área de estudos eleitorais a técnica do *survey*, provocando um drástico deslocamento da unidade de análise desse fenômeno – a partir de então, os dados seriam analisados não no nível agregado, mas sim no individual; e, ainda, as variáveis privilegiadas deixariam de ser espaciais e resultados de votação, dando lugar às socioeconômicas. Em duas obras que trouxeram resultados de pesquisas sobre as disputas presidenciais dos anos 1940, Lazarsfeld e sua equipe modificaram radicalmente a análise dos processos eleitorais, seguindo as diretrizes metodológicas e epistemológicas do comportamentalismo (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944; BERLSON; LAZARFELD; McPHEE, 1954).

Mais adiante, pesquisadores da Universidade de Michigan publicaram um estudo sobre comportamento eleitoral dos norte-americanos que estabeleceria o protocolo de pesquisa exemplar a ser seguido pelos estudiosos do tema dali por diante (CAMPBELL; CONVERSE; MILLER; STOKES, 1960). Além das variáveis sociais já contempladas pela equipe liderada por Lazarsfeld, o grupo de Michigan agregou variáveis psicológicas para capturar os efeitos de determinadas características mais enraizadas e, portanto, de efeito ainda mais duradouro no comportamento do eleitor. Ademais, consolidaram a utilização do *survey* como o instrumento metodológico por excelência nesse tipo de estudo, pois conseguiram realizar levantamentos nacionais que ampliaram a representatividade e a acurácia da amostra, possibilitando o refinamento de algumas medidas. Desde então, estudos sobre comportamento eleitoral praticamente se tornaram sinônimo de *survey* (cf. CONVERSE 1987; 2006)⁷.

A influência da chamada “Escola de Michigan” seria imediata na área, tanto nos Estados Unidos como na Europa (POMPER, 1978). No caso europeu, não apenas os investigadores de diversos países estavam interessados na replicação da metodologia dos estudos eleitorais de Michigan como havia o enorme interesse do grupo que formatou esse modelo em difundir-lo e, assim, criar uma agenda de pesquisas comparativas (MILLER, 1995). Essa difusão envolveu duas vias de mobilidade acadêmica – alunos e pesquisadores europeus foram até Michigan para estudar a metodologia e receber treinamento técnico, e os principais pesquisadores do grupo de Michigan foram até a Europa para ensinar, participar de projetos de pesquisa conjuntos e auxiliar na criação de centros de investigação sobre comportamento eleitoral (THOMASSEN, 1995). Angus Campbell atuou como professor visitante na Universidade de Oslo; Phillip Converse se envolveu com o estudo das eleições de 1965 na Noruega e, na mesma década, com as eleições na França; Warren Miller participou em projetos de pesquisa nos países da Escandinávia, Holanda, Alemanha e Inglaterra (VALEN; AARDAL, 1995; HOLMBERT, 1995; EIJK; NIEMÖLLER, 1995; KAASE; KLINGEMANN, 1995; YSMAL, 1995).

⁷ Para um histórico do desenvolvimento dos *surveys* enquanto metodologia, confira Groves (2001). Para uma história de sua aplicação, inclusive com relatos de experiência pessoal, ler Converse (1987, 2006).

Na Grã-Bretanha, o marco dos estudos acadêmicos sobre o tema é a pesquisa de McCllum e Readman (1947) acerca das eleições gerais de 1945, anterior, portanto, à obra de Campbell et al. (1960). Por isso, o modelo metodológico da “Escola de Colúmbia” serviu-lhes de parâmetro e inspiração. Porém, a partir dos anos 1960, quando essa agenda de investigações realmente começou a ser estruturada na Inglaterra, o modelo de Michigan foi absorvido rapidamente pelos pesquisadores, contando com o envolvimento ativo do grupo criador do mesmo, especialmente Donald Stokes. Juntamente com David Butler, que se tornaria o mais importante especialista em estudos eleitorais no Reino Unido, Stokes participou da criação do British Election Studies (BUTLER, 2014), e coordenou a pesquisa que levaria à obra de referência sobre as eleições britânicas no período e à difusão do comportamentalismo naquele país (BUTLER; STOKES, 1969).

A propagação do modelo de Michigan teve ainda outro impacto de grande relevo – criou as bases para as futuras pesquisas comparativas sobre as eleições e o comportamento eleitoral, com o viés psicológico e sociológico em sua orientação teórica. Com efeito, o comportamento eleitoral tornar-se-á uma das principais áreas de pesquisa de política comparada, apesar dos admitidos problemas identificados na tentativa de padronizar modelos e variáveis e aplicá-los a contextos divergentes (cf. CURTICE, 1995). Com esse enquadramento, surgirão algumas obras de referência que, em alguma medida, ainda orientam os projetos sobre o tema (por exemplo: ALMOND; VERBA, 1963; VERBA et. al., 1978; BARNES; KAASE, 1979; INGLEHART 1977, 1990). Desse modo, os estudos eleitorais serão tema de uma quantidade incontável de livros e artigos científicos, incentivando a criação da *Electoral Studies*, uma revista especializada com reconhecido impacto no debate acadêmico.

No Brasil, a discussão sobre o processo eleitoral ocupou muito do debate político do século XIX e início do século XX. Conforme observa Souza (1872, p. 139), ele mesmo um de seus participantes, “a teoria da representação das minorias foi apresentada entre nós com notável precocidade”, embora rechaçada até o ocaso da Primeira República. José de Alencar (1868; 1874) e Assis Brasil (1893), por exemplo, ambos congressistas, dedicaram-se à discussão do sistema eleitoral brasileiro defendendo enfaticamente a adoção da representação proporcional. Assis Brasil seria

crucial para o formato que assumiu o Código Eleitoral de 1932 e a introdução do modelo proporcional no país. Tanto ele como José de Alencar repercutiam aqui o debate sobre a representação proporcional desenvolvido na Europa, principalmente na Inglaterra, mas trouxeram elementos de originalidade inegáveis (PORTO, 2013; TAVARES, 1998).

Mas, aparentemente, coube a Ignácio de Barros Barreto, um deputado de Pernambuco, a apresentação daquela que talvez tenha sido a primeira defesa registrada da representação das minorias no contexto brasileiro, num folheto impresso em 1848, em Recife (SOUZA, 1872; SALDANHA, 2001). Nele, Barreto expôs, em linhas gerais, as características do modelo proporcional enquanto um novo sistema de organização do governo representativo. Seguindo essa diretriz, apresentou à Câmara um projeto de reforma eleitoral, em 1866, que, obviamente, não encontrou respaldo entre os colegas.

Outros parlamentares também menos conhecidos atualmente debateram e defenderam as mesmas ideias com igual veemência. Um dos mais atuantes foi mais um político pernambucano, Nabor Carneiro Cavalcanti. Em sua perspectiva, “a representação majoritária era o maior absurdo que se pode produzir em política” (*apud* PORTO, 2013). Ele apresentou pela primeira vez sua defesa da representação das minorias por meio do voto cumulativo na revista *Álbum Acadêmico*, da Faculdade de Direito de Olinda, em 1850. Depois, publicou diversos artigos no Diário de Pernambuco – alguns dos mais importantes em 1852, 1863, 1888 e 1890 – além de dois opúsculos (CAVALCANTI, 1866; 1872 *apud* PORTO, 2013) em que avaliou os sistemas de votação existentes, inclusive o modelo de Thomas Hare, vinculando-os à representação partidária⁸. O ponto central que alinhavava todos seus textos e projetos era a afirmação de que a representação majoritária é tirânica, e que a verdadeira representação é a proporcional⁹.

⁸ Para Cavalcanti (1886 *apud* PORTO, 2013), “os partidos políticos são, para o governo representativo o que a lógica é para a razão. Sem lógica, a razão desvaira; sem partidos políticos, o governo representativo se desvirtua”.

⁹ A pedido de Nabor Cavalcanti, o jornalista português, Albano Coutinho publicou, em Portugal, um comentário às suas ideias, contidas nos artigos do Diário de Pernambuco e seus dois livros. Coutinho considerou suas ideias inaplicáveis. O debate pode ser consultado em Porto (2013).

Nesse período, circularam várias outras publicações na forma de opúsculos, brochuras, folhetos, artigos em jornal. Alguns deles foram reunidos num livro organizado por Antônio Herculano de Souza, contemporâneo desses anos de ebulição do embate político em relação ao sistema eleitoral do Império, principalmente a eleição indireta (SOUZA, 1872). Outros dois livros sobre o processo eleitoral tiveram bastante destaque na época – o primeiro de autoria de Souza Carvalho (1870), o segundo escrito por Francisco Belisário de Souza. Numa série de artigos publicados no Diário do Rio de Janeiro em 1872, Belisário de Souza criticou o já tão vilipendiado sistema eleitoral imperial – cerca de um século depois, esses textos foram reunidos numa publicação editada pelo Senado (SOUZA, 1872 [1979]).

Portanto, podemos dizer que os debates sobre o princípio de representação e o processo eleitoral ocorriam de maneira sincrônica no Brasil e na Inglaterra. A discussão sobre a representação das minorias já ocorria no parlamento brasileiro desde os anos 1840 (SOUZA, 1872; SALDANHA, 2001), como se pode perceber pela análise dos debates no plenário – os deputados acompanhavam os desdobramentos da controvérsia em torno desse modelo na Grã-Bretanha, chegando a citar livros e textos publicados na *Edinburgh Review*. É claro que muito do debate inglês balizava as discussões locais, mas os políticos e pensadores brasileiros, que se mantinham bastante atualizados com o que se passava na Europa, traziam algumas doses de originalidade, seja na interpretação dos conceitos e princípios, seja na adaptação que procuravam fazer para a aplicação local das teorias e modelos desenvolvidos alhures.

Contudo, os estudos acadêmicos sobre as eleições só tiveram início no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, em resultado da conjunção de três acontecimentos. O primeiro foi o surgimento de revistas científicas voltadas às reflexões e pesquisas na área de Ciência Política, embora sob controle do Direito. O segundo foi a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, abrigando uma nova geração de cientistas políticos que fizeram seu doutoramento em universidades norte-americanas, recebendo formação metodológica e teórica comportamentalista. O terceiro foi a absorção do comportamentalismo pelos pesquisadores brasileiros a partir do final dos anos 1960, levando-os a investir em

projetos de pesquisa, especialmente a partir dos anos 1970, baseados em observações empíricas, quantificação e no uso de *surveys*. De fato, os dois últimos acontecimentos não apenas estão entrelaçados como constituem os fatores mais relevantes para o estabelecimento dos estudos eleitorais no país.

Pode-se afirmar que os estudos eleitorais, com o foco voltado ao comportamento eleitoral, bem como os jovens cientistas políticos que começaram a estruturar essa área de pesquisas, foram os responsáveis pela introdução do paradigma comportamentalista no Brasil, em clara oposição às abordagens tradicionais, identificadas com o antigo institucionalismo. Poucos anos depois do comportamentalismo ter se firmado como um dos principais paradigmas na Ciência Política norte-americana, ele será introduzido e disseminado no país, de maneira concomitante com o processo de construção da autonomia acadêmica da disciplina no âmbito dos programas de pós-graduação. Em outras palavras, os estudos eleitorais e, em especial, do comportamento eleitoral, são fundamentais no processo de autonomização acadêmica da disciplina, de introdução e difusão do comportamentalismo, de análise crítica das eleições durante o regime autoritário e, assim, de defesa da abertura democrática, e pela constituição de uma área de investigação que se estabeleceu e vem crescendo nos últimos anos no país. Estudar o desenvolvimento dessa linha de investigação e analisar sua produção são, portanto, indispensáveis para a compreensão de parte do processo da evolução da Ciência Política no Brasil.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

3.1 Perspectiva Teórica

De acordo com a literatura especializada, a evolução da Ciência Política nos Estados Unidos caracteriza-se pelo desenvolvimento de três principais paradigmas – o institucionalismo antigo, o comportamentalismo e o neo-institucionalismo (EASTON, 1995; FARR; SEIDELMAN, 1993; NIEMEYER; DRYZEK, 2006; FARR, 1995; 2008; PERES, 2008). Ainda segundo essa historiografia, a chamada “revolução comportamentalista”, que ocorreu entre os anos 1940 e 1960, provocou uma drástica

alteração nos estudos do fenômeno político ao pregar a adoção de metodologias de investigação empíricas e procedimentos de quantificação. Tratou-se, portanto, de uma revolução teórica, epistemológica e metodológica aberta ao “naturalismo metodológico”, ou seja, a considerar que a disciplina deveria adotar os mesmos procedimentos investigativos das ciências da natureza. Em oposição à postura normativa das abordagens tradicionais, identificadas com o paradigma do institucionalismo antigo, os comportamentalistas advogavam uma ciência positiva.

Sem dúvida, uma das linhas de pesquisa desse paradigma que mais contribuíram para a introdução de suas diretrizes metodológicas foi a dos estudos eleitorais. A partir dos anos 1940, as eleições serão estudadas com o foco voltado para o comportamento dos eleitores, com base num instrumento que tornava possível não apenas a coleta de dados empíricos, mas seu tratamento estatístico com técnicas que estavam em rápido desenvolvimento e que se tornavam cada vez mais sofisticadas – o *survey*. Desde então, o comportamento eleitoral tornou-se um dos principais objetos da Ciência Política, inclusive em termos comparativos, além de estabelecer-se como o tema central de uma agenda de pesquisas que cresceu consideravelmente e que continua bastante ativa e relevante.

Em seus mais de setenta anos de existência, a área de estudos sobre o comportamento eleitoral possibilitou a emergência de três abordagens que se tornaram predominantes (FIGUEIREDO, 1991; FREIRE, 2001; BARTELS, 2010), quais sejam: (1) a *Teoria Sociológica*, a *Teoria Psicológica* e a *Teoria da Escolha Racional*. Em linhas gerais, suas diferenças residem em dois aspectos relacionados ao voto individual: (1) quais as motivações dos eleitores para votar e (2) que fatores influenciam seu voto em determinado candidato ou partido. Desse modo, essas três abordagens dão diferentes significados ao ato de votar.

A Teoria Sociológica surge entre os pesquisadores da Universidade de Colúmbia (EUA), buscando compreender o fenômeno eleitoral sob a ótica das interações sociais. Destacam-se como marco inicial dessa abordagem as obras *The People's Choice* (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944) e *Voting* (BERELSON; LAZARFELD; McPHEE, 1954). Nesses dois livros, o grupo de pesquisa liderado por

Paul Lazarsfeld analisa a campanha presidencial norte-americana de 1940 e 1952, respectivamente.

The People's Choice reúne os pilares básicos da teoria sociológica do comportamento eleitoral (CARRILLO, 2004; ROSPIR, 2004; ANTUNES, 2008). Pela primeira vez na Ciência Política moderna, a técnica de *survey em painel* era utilizada. A pesquisa que originou o livro foi realizada durante as eleições presidenciais de 1940 em *Enrie County*, no estado de Ohio, pois Lazarsfeld observou que essa pequena cidade replicava, em escala menor, a sociedade norte-americana, com suas divisões sociais e econômicas. Os pesquisadores promoveram um levantamento com 600 pessoas, em sete ondas de entrevistas (uma a cada mês), a fim de identificar quem havia mudado de posição política ao longo da campanha.

A equipe partiu da hipótese de que o voto era o resultado da personalidade do indivíduo combinada com sua exposição aos meios de comunicação. Essa hipótese, porém, não foi confirmada. Ao final do estudo, a equipe de Colúmbia percebeu que apenas 57 pessoas do *survey* tinham mudado de posição política ao longo da campanha. Assim, os pesquisadores desenvolveram uma teoria que pudesse explicar os resultados encontrados e chegaram à proposição de que os eleitores votaram de acordo com suas convicções políticas iniciais, adquiridas antes da campanha eleitoral. Nesse caso, consideraram que três variáveis sociais influenciaram o comportamento do eleitor: classe social, religião e local de residência. Enquanto os católicos e moradores da área urbana tinham mais predisposição para votar no Partido Democrata, protestantes e camponeses eram mais afeitos ao Partido Republicano. Assim, para eles, as variáveis sociológicas de longo prazo pareciam explicar o comportamento eleitoral, e não as variáveis de curto prazo relativas à campanha. No máximo, a campanha teria um efeito secundário no comportamento eleitoral.

Pouco tempo depois, vem a lume o livro *The American Voter* (1960), de Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes, todos pesquisadores da Universidade de Michigan. Inaugurou-se com a publicação uma nova corrente teórica dos estudos de comportamento eleitoral, conhecida como *teoria psicológica* ou *psicossociológica* do voto, ou ainda, em virtude da filiação institucional dos

pesquisadores, “Escola de Michigan”. As conclusões presentes no livro iam parcialmente ao encontro do que era defendido pela equipe de Lazarsfeld. Segundo Figueiredo (1991: 38), “Campbell e colegas desenvolvem uma teoria de decisão do voto na qual a decisão final dos eleitores é produto de um complexo feixe de causalidades (funnel causality analogy)”. Entretanto, considerando ser necessário considerar outros aspectos, eles agregaram variáveis psicológicas em seu modelo. Com isso, de modo as interações sociais não serão o eixo explicativo, mas sim as motivações psicológicas dos indivíduos.

Os pesquisadores de Michigan defendiam que o voto era o resultado de “forças atitudinais”, ou seja, a formação das atitudes políticas seria derivada de um processo de socialização política, integrada ao campo da psicologia humana, cujo início remetia ainda à primeira infância. O pressuposto teórico da corrente assegurava que “indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independentemente dos contextos históricos” (FIGUEIREDO, 1991: 20-21). Ou seja, a classe social, o pertencimento à determinada religião e a área de moradia não explicariam casos em que católicos urbanos votam nos republicanos e protestantes rurais votam nos democratas. Há ricos e pobres que votam nos mesmos partidos, assim como pobres que votam em partidos diferentes e ricos que votam em partidos diversos. Há, portanto, fatores que são exógenos à classe social e outras características sociológicas puras; há fatores mais enraizados, fatores de natureza psicológica que podem ser comuns a famílias de classes, religiões e áreas de habitação díspares. Podem existir famílias autoritárias pobres e ricas, protestantes e católicas, assim como o mesmo pode acontecer no caso de famílias liberais. Por isso os pesquisadores de Michigan julgavam imprescindível o acréscimo de variáveis psicológicas ao conjunto de variáveis sociológicas em modelos explicativos do comportamento eleitoral.

A terceira corrente explicativa do voto teve início com a publicação da tese de doutorado de Anthony Downs, o livro *An Economic Theory of Democracy*, de 1957. Nessa obra encontramos o que pode ser chamado de uma explicação econômica do voto. Downs (1957), na verdade, teve como objetivo a proposição de uma teoria

econômica da democracia; mas, como ele identificava nos políticos e eleitores os atores principais de seu modelo, e as eleições como o momento da troca entre políticas e votos, de maneira indireta acabou esboçando as componentes básicas do comportamento racional do eleitor e, por extensão, a explicação racional do comportamento desse eleitor. Esse eleitor racional era baseado nas premissas da economia neoclássica da teoria do consumidor, ou seja, da racionalidade instrumental dos atores, na expressão weberiana.

Para Downs (1957), os eleitores consideram os benefícios que teriam ao votar em cada candidato, escolhendo aquele que melhor condiz com a ampliação desses benefícios. O autor elenca três pontos que o eleitor leva em conta antes de tomar a decisão do voto: (1) compara os benefícios do atual governo e os ganhos adicionais que teria com um eventual governo da oposição; (2) movimenta seu voto no partido de sua preferência quando há chance dele vencer e, no caso de ser remota sua possibilidade de vitória, deposita seu voto *contra* o partido de que menos gosta; (3) em caso de eleições acirradas ou empatadas, o eleitor pode se abster ou comparar os partidos em períodos anteriores, quando ocuparam cargos no governo (DOWNS, 1957, p. 70).

Sendo assim, para os adeptos da Teoria da Escolha Racional, o voto é o resultado de um cálculo estratégico do eleitor, na tentativa de ampliar ao máximo seus ganhos em termos de políticas públicas que o beneficiem. Esse eleitor, então, tem a capacidade de medir seus ganhos e perdas, bem como de avaliar as informações disponíveis para escolher a opção que lhe traga maiores dividendos. Isso significa que o eleitor não é motivado por questões sociais ou psicológicas, mas pelo egoísmo do auto-interesse. Também aponta que esse eleitor será mais estável nas suas escolhas do que aquele eleitor concebido pelas explicações sociológicas e psicológicas. Variáveis de longo prazo, que muitas vezes remetem à formação das crianças no âmbito familiar, atuam como condicionamentos e constituem a identidade dos indivíduos, de acordo com os modelos de Colúmbia e Michigan. Por isso, esse eleitor será sempre estável, porque sua posição política e escolha eleitoral é oriunda de sua identidade partidária. Na explicação econômica, a única coisa estável é a estrutura de preferências dos indivíduos, mas a manifestação da ordem dessas

preferências pode mudar dependendo das circunstâncias. Se um partido não trouxe os benefícios esperados ou se um partido concorrer pode proporcionar maiores ganhos, o eleitor mudará seu voto na próxima eleição; se seu partido preferido não tiver chances de vitória, esse eleitor mudará seu voto para aquele que se aproximar o máximo possível das políticas de seu interesse.

Essas três abordagens coexistem na área de pesquisas eleitorais. O surgimento de um tipo de abordagem não eliminou os outros. Deu-se, ao contrário, um acúmulo das abordagens, com grupos de pesquisadores que preferem uma ou outra. Mas, embora as três seja utilizadas por analistas de vários países do mundo, a abordagem mais utilizada é, indubitavelmente, a da escola de Michigan. Como discutido na seção anterior, os pesquisadores de Michigan difundiram seu modelo pela Europa, recebendo alunos nos cursos da universidade ou atuando diretamente em projetos de pesquisa nos países daquela região. Seu modelo também se difundiu pela América Latina, em parte graças à recepção de diversos jovens que foram até Michigan fazer seus doutoramentos. A difusão ampla de seu modelo explicativo e da metodologia que desenvolveram, possibilitou a realização de pesquisas comparadas, o que contribuiu para intensificar a aplicação da teoria psicossociológica nos estudos sobre o comportamento eleitoral.

Contudo, é importante destacar aqui uma quarta abordagem, menos utilizada e mais difundida na Europa, que exerceu alguma influência nos estudos iniciais sobre as eleições no Brasil. Trata-se dos estudos de geografia eleitoral, cujo fundador foi o francês André Siegfried, no começo do século XX. A geografia eleitoral (SIEGFRIED 1913, 1930), é um ramo da Geografia Humana que se situa na interface com a Sociologia Política e a Ciência Política. Ela tem como premissa epistemológica a concepção de que o comportamento político é influenciado pelas características morfológicas da geologia de cada região. O mecanismo explicativo consiste em pressupor que, conforme as características físicas de um território, surgirão comunidades com certas estruturas de valores que condicionarão seu modo de vida e sua visão de mundo. Assim, seu comportamento político é a expressão desse modo de vida, que é condicionado pela geografia (GOGUEL, 1968).

Provavelmente, o comportamento político padronizado dos franceses em coincidência com as regiões geográficas facilitou a “descoberta” dessa relação e a formulação desse modelo explicativo (BUSSI, 1998). Daí a proposição de que a motivação dos indivíduos, embora social, é alicerçada em fatores geográficos. As variáveis explicativas, assim, são geográficas e sociais; os dados analisados são populacionais e territoriais; e o princípio de inferências para as conclusões é indutivo – ou seja, estudam-se os casos singulares para a subsequente proposição de uma teoria empírica generalizante (SANGUIN, 2014).

Esse modelo explicativo atraiu alguns adeptos na França e em alguns outros países, inclusive a Inglaterra e os Estados Unidos, onde, aliás, desenvolveu-se, com alguma aceitação, a análise espacial quantitativa dos votos de acordo com as regiões do país, dos estados e municípios. Key (1949, 1956) foi o representante mais destacado desse tipo de abordagem no contexto norte-americano, com suas pesquisas eleitorais sobre a distribuição espacial dos votos, comparando-se os estados do sul em relação aos demais. Na França, esse tipo de explicação do voto foi amplamente utilizada a partir da Quinta República, quando se deu o desenvolvimento de três tipos de vertentes – a sociocultural, a interacionista e a estratégica (ELGIE; GRIGGS, 2000). De certo modo, tais vertentes replicam as explicações sociológica, psicológica e econômica do comportamento eleitoral, com a diferença de que tentam situar tais variáveis no contexto da distribuição espacial do voto. Esse é um tipo de geografia eleitoral que costuma ser denominada de estudos ecológicos do voto, em virtude da articulação análise estatística de dados eleitorais agregados com variáveis sociais.

No entanto, a geografia eleitoral logo foi ofuscada pelas pesquisas comportamentalistas das escolas de Colúmbia e, principalmente, de Michigan. Com isso, a preocupação com a localização geográfica e dados agregados foi deslocada para o segundo plano, em favor de variáveis sociais e psicológicas coletadas no nível individual. Contudo, mais recentemente, teve início a retomada dos estudos de geografia eleitoral, inclusive no Brasil e América Latina (TERRON, 2012). Essa retomada se deve, em especial, ao impulso inicial dado pelos estudos de Cox (1973; 1979) e, nos últimos anos, ao grande desenvolvimento das tecnologias da informação,

que possibilitam o geo-referenciamento dos dados entre outras técnicas cada vez mais utilizadas pelos pesquisadores de diversas áreas (TERRON, 2012).

A análise da história dos estudos eleitorais no Brasil e de sua produção científica terá como enquadramento teórico esses quatro modelos de explicação do voto, orientando-se pelas categorias expostas no Quadro 1. Ou seja, partindo do conceito de paradigma (KUHN, 2005), a análise enfocará a implantação do comportamentalismo na Ciência Política brasileira por intermédio dos estudos eleitorais e da aplicação de seus três tipos de abordagem teórica comportamentalista – a sociológica, a psicológica e a econômica – o do tipo de abordagem não-comportamentalista – a geografia eleitoral. A reconstrução histórica dessa linha de pesquisa no país terá como fio condutor as principais revistas científicas e as publicações de artigos sobre o tema.

QUADRO 1. Características Epistemológicas e Metodológicas das Teorias Explicativas do Comportamento Eleitoral

| | Motivação | Princípio de Inferência | Variáveis | Unidade de Análise | Instrumento Metodológico |
|------------------------------|------------------------------|--------------------------------|------------------------|---------------------------|--|
| Explicação Sociológica | Ambiente Social | Indutivo | Sociais | Individuais | <i>Survey</i> |
| Explicação Psicossociológica | Ambiente Familiar e Social | Indutivo | Sociais e Psicológicas | Individuais | <i>Survey</i> |
| Explicação Econômica | Ganhos Individuais | Dedutivo | Econômicas | Individuais | Formalização Matemática |
| Explicação Geográfica | Ambiente Social e Geográfico | Indutivo | Sociais e Territoriais | Agregados | Estatísticas Demográficas e Territoriais |

3.2 Metodologia de Seleção de Periódicos e Artigos

A análise se subdivide em dois conjuntos de informação. Em primeiro lugar, faço uma reconstrução histórica dos estudos eleitorais no Brasil, desde os anos 1950 até 2014, com o foco voltado para as revistas selecionadas. Essa reconstrução é descritiva, mas segue uma estrutura analítica que é cronológica e classificatória. Ou seja, será seguida a temporalidade da sequência evolutiva desses estudos e, ao mesmo tempo, essa reconstrução será organizada de acordo com os tipos de abordagem adotados, tendo

como parâmetro os quatro modelos explicativos do comportamento eleitoral mais utilizados pelos pesquisadores.

Em segundo lugar, analiso a produção científica da área de estudos eleitorais no Brasil, tendo como material empírico as publicações em revistas científicas nacionais de expressão na área. Para isso, foram mapeados os primeiros periódicos de análise política no Brasil e, em seguida, os periódicos *Qualis A1* e *A2*, com base na avaliação CAPES de 2014¹⁰. Segundo a última qualificação, existem quatro revistas consideradas de “alto padrão internacional” e, portanto, classificadas como *A1*. Dentre as quatro revistas, foram selecionadas a *Dados*, a *Opinião Pública* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*¹¹. No estrato *A2* estão localizados onze periódicos nacionais, e destes, foram selecionados os seguintes: *Brazilian Political Science Review*, *Lua Nova*, *Novos Estudos CEBRAP* e *Revista de Sociologia & Política*¹². Além desses periódicos, foram incluídos na análise dois outros que foram criados nos anos 1950, antes mesmo do surgimento das principais revistas atuais. Esses periódicos são a *Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)* e a *Revista de Direito Público e Ciência Política (RDPCP)*, editadas pela UFMG e FGV, respectivamente. Ambas as revistas foram importantes nos momentos iniciais da área, concentrando as primeiras publicações de análise política acadêmica ainda nos anos 1950, uma vez que a *RBEP* surgiu em 1955 e a *RDPCP* em 1958.

O Quadro 2 apresenta as informações referentes às revistas selecionadas, com sua periodicidade, seu tempo de existência e os volumes editados no período. Entre 1956 e 2014, o período temporal da análise, foram identificados 92 artigos com o perfil de interesse para pesquisa nas nove revistas selecionadas. Esses artigos foram classificados de acordo com os critérios apresentados no Quadro 1. A partir disso,

¹⁰ As revistas classificadas como *A1* são: *Dados*; *Opinião Pública*; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; *Revista Brasileira de Política Internacional*. As revistas classificadas como *A2* são: *Brazilian Political Science Review*; *Caderno CRH*; *Cadernos de Pesquisa Contexto Internacional*; *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*; *Lua Nova*; *Novos Estudos CEBRAP*; *Revista de Administração Pública*; *Revista de Economia Política*; *Revista de Sociologia e Política*; *Saúde e Sociedade*.

¹¹ Excluímos a *Revista Brasileira de Política Internacional* em razão da linha editorial, voltada para a análise de Política Internacional, o que foge do escopo da análise proposta neste trabalho.

¹² As revistas *Caderno CRH*, *Cadernos de Pesquisa*, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* e *Saúde e Sociedade* foram excluídas da análise por serem revistas voltadas ao público de políticas públicas e saúde. As revistas *Contexto Internacional*, *Revista de Administração Pública* e *Revista de Economia Política* não publicam, segundo análise prévia, artigos sobre eleições, resultados eleitorais e comportamento eleitoral.

foram construídas estatísticas descritivas para avaliar os padrões na adoção de alguma abordagem em intervalos temporais e em cada revista.

Quadro 2
Informações sobre as Revistas Seleccionadas para a Análise Classificatória

| Revistas | Período Analisado | Periodicidade | Volumes |
|---|-------------------|---------------|---------|
| Dados – Revista de Ciências Sociais | 1966-2014 | Trimestral | 57 |
| Opinião Pública | 1993-2014 | Semestral | 20 |
| Revista Brasileira de Ciências Sociais | 1986-2014 | Quadrimestral | 29 |
| <i>Brazilian Political Science Review</i> | 2007-2014 | Quadrimestral | 8 |
| Lua Nova | 1984-2014 | Quadrimestral | 30 |
| Novos Estudos CEBRAP | 1981-2014 | Quadrimestral | 33 |
| Revista de Sociologia & Política | 1993-2014 | Trimestral | 22 |
| Revista Brasileira de Estudos Políticos | 1955-1998 | Semestral | 43 |
| Revista de Direito Público e Ciência Política | 1958-1967 | Trimestral | 9 |

Fonte: Scielo Brasil

* **Nota Explicativa:** A Revista *Dados* era Semestral até 1981. Seleção até julho/2014, data de levantamento dos dados e constituição do banco de dados.

4. ANÁLISE DOS ESTUDOS ELEITORAIS NO BRASIL

4.1 Surgimento e Evolução dos Estudos Eleitorais no Brasil

A autonomia acadêmica da Ciência Política brasileira teve início com a implantação dos programas de pós-graduação, nos anos 1960. Foram criados cursos de mestrado em 1966, na Universidade Federal de Minas Gerais, e em 1969, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), vinculado à Universidade Cândido Mendes. Na primeira metade da década de 1970, surgiram os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade de São Paulo.

Nesse período, alguns pesquisadores, principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, fizeram seu doutoramento em universidades norte-americanas, uma época em que o comportamentalismo era um paradigma extensamente adotado e

ensinado. As metodologias de pesquisa e os temas mais investigados se relacionam com o comportamento políticos dos atores, principalmente o comportamento eleitoral. Treinados nessa metodologia, os jovens cientistas políticos retornam para o ambiente acadêmico brasileiro e encontram uma Ciência Política pouco autônoma enquanto disciplina acadêmica, pois estava vinculada à área de Sociologia, no caso das graduações em Ciências Sociais, e ao Direito, no caso das análises mais importantes daqueles anos, como, por exemplo, os livros de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), e de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958).

Em suma, esses jovens cientistas políticos consideravam o tipo de análise política predominante no país muito sociológica, marxista, estrutural-funcionalista, ensaística e normativa (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1997). A partir dos programas de pós-graduação em Ciência Política da UFMG e do IUPERJ, contando com suporte financeiro da Fundação Ford (FORJAZ, 1997), eles começaram a construir a autonomia acadêmica da disciplina e, ao mesmo tempo, procuraram difundir e fazer prevalecer os métodos empíricos e estatísticos do comportamentalismo. Uma parte importante desse projeto foram as pesquisas eleitorais que eles realizaram durante o período autoritário (TRINDADE, 1971; 1973; LAMOUNIER; CARDOSO, 1975; REIS, 1978; LAMOUNIER, 1980; FLEISCHER, 1981). Com elas, colaboraram para dar à Ciência Política maior autonomia acadêmica, orientação comportamentalista e formação à geração futura que iria ampliar os estudos eleitorais no país.

Mas, foi naquele ambiente inicial, sobretudo entre os bacharéis em Direito, que surgiram os primeiros escritos acadêmicos de Ciência Política no país. Dedicados à análise regional e de problemas do estado brasileiro, os advogados também foram os responsáveis pela primeira revista de maior repercussão na área, nomeadamente a *Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)*, do departamento de Direito da Universidade de Minas Gerais – atual UFMG. Criada por Orlando Magalhães Carvalho, em 1955, a *RBEP* trazia em suas edições importantes traduções de trabalhos de pesquisadores norte-americanos e europeus. Editou números semestrais discutindo não apenas eleições e comportamento eleitoral, mas também teoria política, teoria jurídica e aspectos sociais do Brasil. Muitas vezes, o número seguinte às datas

eleitorais era dedicado à análise dessas eleições nos estados, com pesquisadores locais. Publicavam ativamente na *RBEP* pesquisadores como Victor Nunes Leal, Gláucio Soares, Héglio Trindade e José Murilo de Carvalho.

Em virtude do seu caráter multidisciplinar, a *RBEP* teve grande penetração na área da Ciência Política, alcançando mais de 600 artigos publicados desde o seu nascimento. Entre os anos 1950 e 1960, rivalizou com o periódico do Departamento de Ciências Sociais da UFMG, chamada *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (CARVALHO, 2014). Com a morte de Orlando Carvalho, em 1998, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* deixou de ser publicada, retornando apenas em 2004, com uma linha editorial exclusivamente ligada ao Direito. Portanto, a *RBEP* foi pioneira nos estudos de sociologia e comportamento eleitoral no país (CARVALHO, 2014; COUTINHO, 2006).

Três anos depois do surgimento da *RBEP*, em 1958, foi criada a *Revista de Direito Público e Ciência Política*, vinculada ao Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Além de publicar artigos inéditos de Ciência Política, a *RDPCP* também apresentava pequenas resenhas de livros estrangeiros – entre elas, alguns clássicos, como *Os Partidos Políticos*, de Maurice Duverger (1951), e *Uma Teoria Econômica da Democracia*, de Antony Downs (1957) – e informações acerca da disciplina no resto do mundo, como a realização de congressos e encontros na Europa e América do Norte. Também na *RDPCP*, frequentemente havia traduções de textos importantes para o desenvolvimento metodológico da ciência política (CAMPBELL, 1961; PACKENHAM, 1965). A revista foi editada com esse nome até 1967, durando, portanto, cerca de dez anos. Depois disso, a *RDPCP* procurou alinhar seu perfil editorial exclusivamente à área de Ciência Política, alterando seu nome para *Revista de Ciência Política*.

Em ambas as revistas, encontramos artigos de administração pública, análise de sistemas, análises eleitorais e de comportamento eleitoral, em plena sintonia com o que se produzia nos Estados Unidos na época. Além disso, os primeiros trabalhos de comportamento eleitoral que utilizaram *survey*, de autoria de Gláucio Soares, foram publicados na *RBEP* e *RDPCP*. Profundamente influenciado pelo debate norte-

americano e, particularmente, pelos estudos de Paul Lazarsfeld e equipe, Soares (1960; 1961a; 1961b) publicou os resultados de *surveys* realizados nos Estados Unidos, buscando apresentar o debate norte-americano acerca do comportamento eleitoral pelo viés sociológico. Mais tarde, Soares (1973) analisou o desenvolvimento do sistema partidário e de identificações partidárias na República de 1946 a 1964, levando em conta aspectos históricos, institucionais e sociais, com base num *survey* realizado no Brasil¹³.

Sem dúvida, esses dois periódicos exerceram indiscutível influência na área antes do seu processo de autonomização acadêmica, a partir de meados dos anos 1960. Sob a direção do advogado Themístocles Cavalcante, a *RDPCP* pertenceu a um grupo que intentou, de alguma forma, institucionalizar a área da Ciência Política brasileira, inclusive por meio da publicação de livros voltados exclusivamente à análise das eleições. Esse grupo é responsável pela primeira coletânea de análises sobre o comportamento eleitoral no Brasil (CAVALCANTE; DUBNIC, 1964). Dedicadas à disputa de 1962 em sete estados¹⁴, as análises do livro foram prefaciadas pelo próprio Themístocles, que afirmou que aquela era “uma página que merecia ser escrita pelos sociólogos, a dos objetivos reais do governo João Goulart e a profundidade dos danos por ele causados à causa da democracia representativa”. Pouco tempo depois do lançamento do livro, o organizador assumiu cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, a convite do governo militar. O outro organizador do volume, o norte-americano Reisky Dubnic, havia feito um *survey* que seria utilizado, mas, em virtude dos prazos, os resultados da pesquisa não chegaram a aparecer no livro.

¹³ Soares defende que o radicalismo político da esquerda pré-golpe militar encontrou condições de existir na medida em que havia “uma contradição entre o alto desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento econômico) e o baixo nível das relações sociais de produção (desenvolvimento social)” (SOARES, 1973, p. 230). Campello de Souza (1976) replica o estudo de Soares em seu trabalho, fazendo coro a tese do primeiro de que no período democrático (1946-1964) havia um declínio dos partidos conservadores e, ao mesmo tempo, o crescimento do eleitorado que votava nos partidos de esquerda.

¹⁴ O esforço do grupo ligado à Fundação Getúlio Vargas em construir a autonomia da Ciência Política brasileira foi tão grande que os mesmos chegaram a fundar uma Associação Brasileira de Ciência Política, em 1966. A Ata de Fundação, Estatuto e nomes da diretoria, presidida por Themístocles Cavalcanti, estão publicadas na *Revista de Direito Público e Ciência Política*, volume IX, número 3, jul/set de 1966.

Já na década de 1970 e início da seguinte, são editados outros livros importantes sobre comportamento eleitoral – as coletâneas organizadas por Lamounier e Cardoso (1975) e Reis (1980). Esses trabalhos apresentaram análises baseadas em *surveys* nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mais tarde, Lamounier (1980) editou uma nova coletânea – já no contexto do multipartidarismo – contendo estudos sobre o comportamento do eleitor paulistano, com a finalidade mais geral de capturar os possíveis impactos provocados em seu comportamento em face das mudanças institucionais promovidas pela Lei Falcão e o surgimento dos novos partidos políticos.

Com a redemocratização, os estudos de comportamento eleitoral ganham contornos de ecletismo teórico – seria comum tentar articular variáveis psicossociológicas com o conceito de racionalidade e uma expectativa de comportamento racional-instrumental dos eleitores. Inicialmente, Castro (1992) recorre à noção de “eleitor sofisticado” para analisar o comportamento eleitoral dos brasileiros – uma concepção ainda psicológica à moda da escola de Michigan. Para tanto, combina elementos das três teorias explicativas do voto, incluindo em seu modelo de análise variáveis sociológicas, psicológicas e de racionalidade. Alguns anos depois, Singer (1999) estudou a manifestação ideológica do eleitorado brasileiro, tendo por base as eleições presidenciais de 1989. O autor defende que os mais pobres possuíam tendências mais conservadoras, enquanto que os mais ricos e escolarizados se apresentavam mais progressistas e de esquerda. Singer (1999) analisa o comportamento eleitoral levando em conta variáveis sociológicas e psicológicas.

Ainda no início dos anos 1990, ocorreram dois fatos importantes para os estudos eleitorais: foi fundado, na Universidade de Campinas, o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp), aglutinando pesquisadores e projetos dedicado ao estudo do comportamento eleitoral e político dos brasileiros. Na sequência, o CESOP lança a revista *Opinião Pública*, o primeiro periódico da área a expor em sua linha editorial seu foco nos estudos de comportamento eleitoral e opinião pública.

Nos anos 2000, destacaram-se os trabalhos de Yan Carreirão, ao analisar o comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras, seguindo a abordagem

de Michigan, mas mantendo o ecletismo teórico que surgiu na área anteriormente. Além das variáveis sociológicas – escolaridade, renda, etc. – e psicológicas – percepção frente aos candidatos –, suas análises procuram identificar o critério de racionalidade do eleitor ao decidir seu voto (CARREIRÃO, 1999; 2002; 2004; 2007a; 2007b; CARREIRÃO; BARBETTA, 2004; CARREIRÃO; KINZO, 2004).

A influência das campanhas eleitorais e dos veículos de comunicação no comportamento do eleitor vem ganhando destaque recentemente, sobretudo com os trabalhos organizados por Lavareda e Telles (2011; 2015). O volume organizado por Telles e Lavareda (2011) discute a escolha eleitoral em âmbito municipal, com artigos analisando doze capitais brasileiras, levando em conta fatores históricos, sociais e econômicos. Contemporâneo à diversificação dos estudos eleitorais, com atenção às eleições municipais, fenômenos raramente estudados na ciência política brasileira (SPECK; CARNEIRO, 2013), há também uma expansão de periódicos que tratam com centralidade a temática do comportamento eleitoral. É o caso de *Em Debate*, revista criada pelo Grupo de Pesquisa Opinião Pública (UFMG), em 2009, com foco em campanhas eleitorais, comunicação política e voto.

Em realidade, a partir dos anos 2000, há uma expansão significativa da abordagem da decisão do voto e sua relação com as campanhas eleitorais (VEIGA, 2001; LAVAREDA, 2009; 2011). A centralidade das eleições para a escolha dos governantes, assegurada pelo avanço na consolidação da democracia brasileira entre os anos 1990 e 2000, parece ter inaugurado uma agenda de reflexão que articula Ciência Política e publicidade. Essa agenda contou, de alguma forma, com os estudos eleitorais, uma vez que os pressupostos teóricos estão embasados na racionalidade do voto e em critérios psicológicos e sociais, provenientes das três teorias explicativas.

Portanto, os estudos eleitorais fizeram parte e contribuíram decisivamente para a construção da autonomia acadêmica da Ciência Política brasileira, estando vinculados às pesquisas e programas de pós-graduação que foram surgindo ao longo do tempo. Contribuíram para a disseminação da metodologia do *survey*, das técnicas quantitativas de análise de dados individuais e, acima de tudo, dos ideais de ciência defendidos pelo comportamentalismo – observação empírica, mensuração e

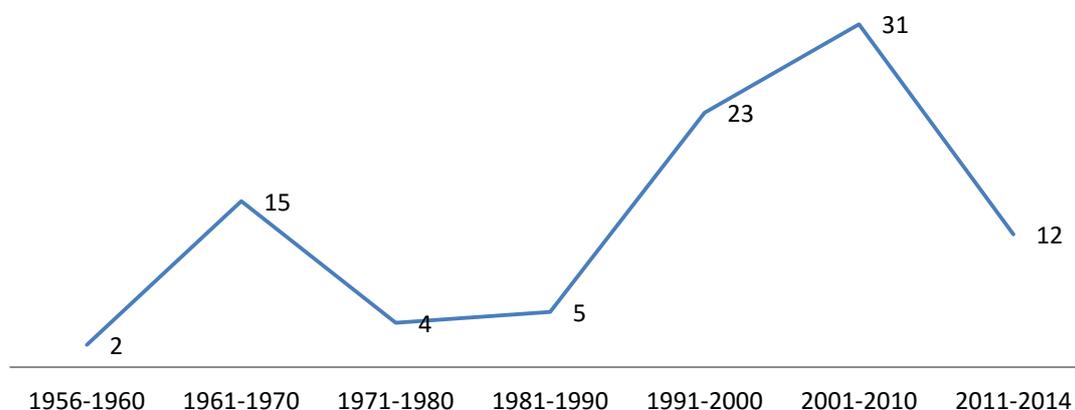
quantificação. Desde as primeiras análises, na década de 1950, até os primeiros quinze anos do século XXI, pode-se dizer que os estudos de comportamento eleitoral cresceram de forma considerável. Isso é perceptível quando observamos o aumento no número das revistas e publicações, conforme será mostrado a seguir.

4.2 Análise das Publicações sobre Estudos Eleitorais em Periódicos Científicos

O primeiro estudo sobre o tema foi publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e é de autoria de Simão (1956), considerado o autor do artigo fundador das análises de comportamento eleitoral no Brasil (LAMOUNIER, 1975). Os trabalhos mais recentes aqui analisados são os de Guarnieri (2014), Nicolau (2014), Castro (2014) e Rennó e Ames (2014), todos na *Opinião Pública*. Começamos pela avaliação da série histórica dos artigos e sua distribuição pelas revistas.

O Gráfico 01 apresenta a evolução da quantidade das pesquisas publicadas durante o período. Como se pode perceber, há um pico das publicações nos anos 1960, quando tem início o processo de construção da autonomia acadêmica da Ciência Política no país. Mesmo com o refluxo nos anos 1970, não se pode dizer que a temática perdeu importância. Certamente ela não ocupou o primeiro lugar em preferência da agenda de pesquisa no país, mas deteve espaço em outra forma de publicação – são dessa época importantes livros individuais e coletâneas que analisaram o comportamento do eleitor durante as eleições no período autoritário (LAMOUNIER; CARDOSO, 1975; REIS, 1978; LAMOUNIER, 1980).

GRÁFICO 1. Evolução do Número de Artigos Publicados nos Periódicos Seleccionados (1956-2014)



Fonte: Elaboração própria.

Depois de vários anos com pouca publicação em periódicos, há um crescimento bastante acentuado no volume desse tipo de artigo a partir dos anos 1990, o que se dá *pari-passu* com a expansão no número de revistas. Até 1981, ano de fundação da *Novos Estudos CEBRAP*, só existiam a *Dados* e a *RBEP*, uma vez que a *Revista de Direito Público e Ciência Política* havia sido extinta em 1967. Portanto, a produção intelectual dos anos 1950 e 1960 esteve concentrada em apenas duas revistas. Já no período final da sequência histórica, com apenas quatro anos, foram contabilizadas doze publicações sobre esse tema.

No Gráfico 02, pode ser observada a distribuição desses artigos em números absolutos. É claramente perceptível o protagonismo de dois periódicos em momentos distintos: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, durante os anos 1950 a 1970, e *Opinião Pública*, a partir de sua fundação, em 1993. Entre 1950 e 1960, dos dezessete artigos publicados, quinze apareceram na *RBEP*, dois na *RDPCP* e um na *Dados*. Mesmo já não publicando mais artigos puramente de Ciência Política como fazia antes de 1998, a *RBEP* foi tão importante para a área que ainda é a segunda revista com o maior número de publicações sobre comportamento eleitoral de todo o período. Por sua vez, a linha editorial da *Opinião Pública*, ao privilegiar publicações com esse perfil, permitiu à revista alcançar a posição de periódico com o maior número de artigos

sobre comportamento eleitoral, ultrapassando, inclusive, a *Dados*, que é mais antiga, mas que tem perfil editorial mais abrangente. Assim, de 1993 até 2014, pouco mais de 50% dos artigos apareceram na *Opinião Pública*.

GRÁFICO 2
Distribuição dos Artigos de Acordo com o Periódico (1956-2014)



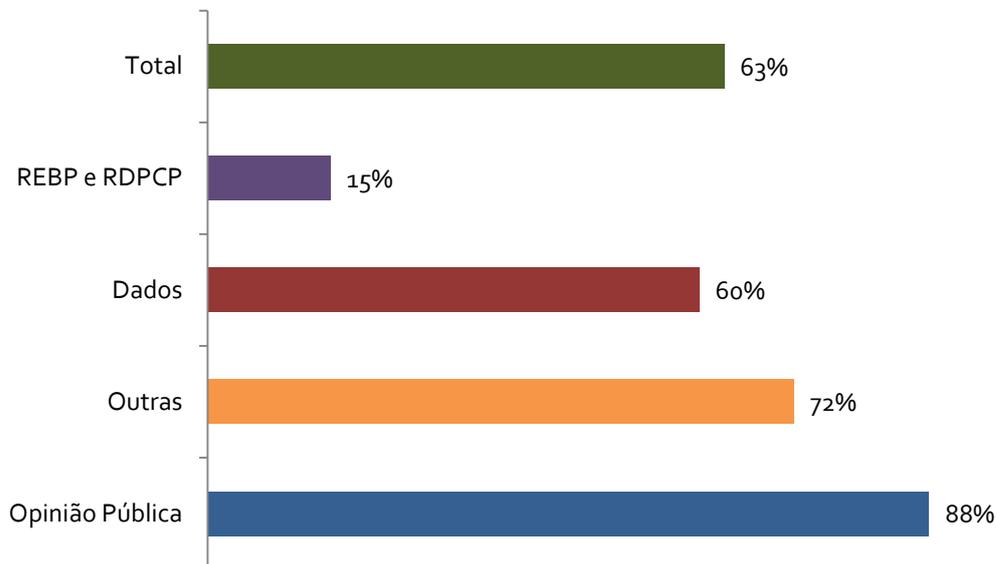
Fonte: Elaboração própria

Avaliemos agora as características metodológicas predominantes nos artigos com relação à unidade de análise e às técnicas utilizadas. Estudos que recorreram aos *surveys* têm como unidade de análise dados eleitorais; estudos de geografia eleitoral e que utilizam resultados eleitorais têm como unidade de análise informações agregadas. No Gráfico 3 temos a distribuição proporcional dos artigos que utilizaram *survey* em cada uma das revistas. No total, a maioria dos artigos recorreram a essa metodologia, mas há um claro recorte temporal. Nas duas revistas mais antigas, seu uso é bastante reduzido e só aumenta com o surgimento de novos periódicos, com destaque para *Dados* e *Opinião Pública*.

Não obstante, é importante destacar, essa tradição remonta aos primeiros trabalhos publicados na área (SOARES 1960, 1961, 1961b), ainda na *Revista de Estudos Políticos* e *Revista de Direito Público e Ciência Política*. Obviamente, como a maioria dos artigos foi publicada na revista *Opinião Pública*, seria de se esperar um maior volume de trabalhos que utilizam o *survey*. Porém, deve ser observado que a revista privilegia análises com esse enfoque, o que também serve de estímulos aos pesquisadores que se dedicam ao tema. Isso mostra a importância das revistas

vinculadas aos programas de pós-graduação em Ciência Política na difusão de estudos comportamentalistas sobre as eleições.

GRÁFICO 3. Utilização de *Survey* nos Artigos Analisados, por Periódico

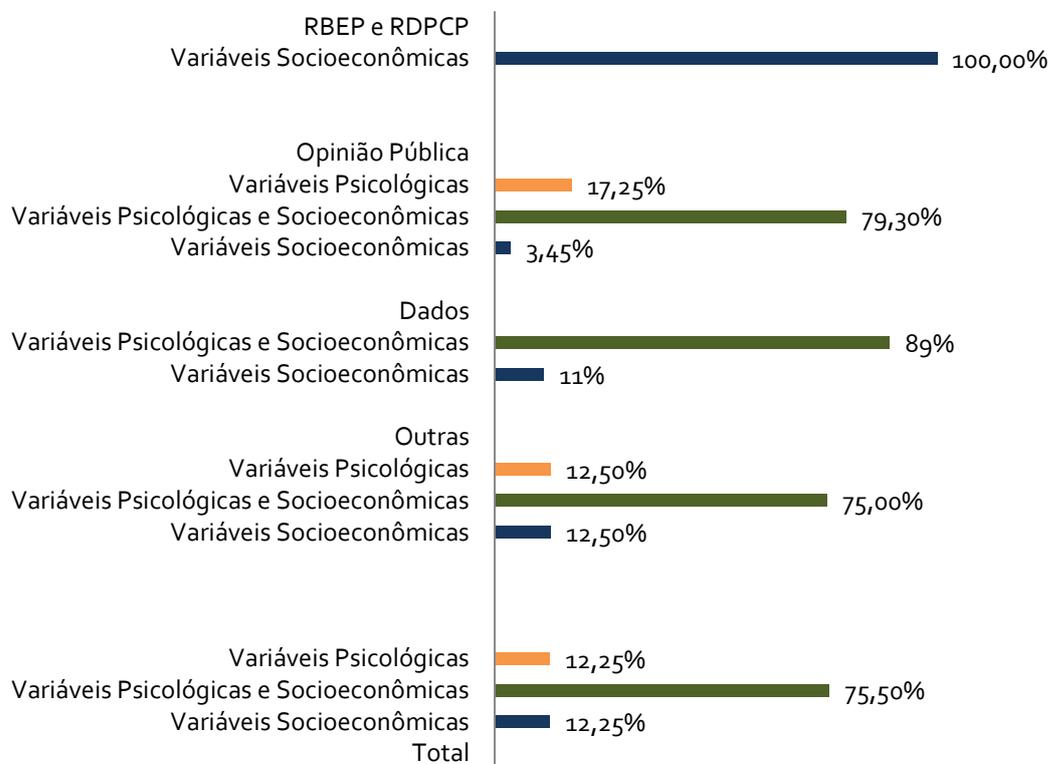


Fonte: Elaboração própria

Como já discutido anteriormente, duas das principais teorias explicativas do voto utilizam a metodologia de *survey* para compreender o fenômeno eleitoral – a sociológica e a psicológica. Porém, também como já mencionado antes, essas duas correntes teóricas se diferenciam quanto ao conjunto de variáveis explicativas. Enquanto a primeira recorre a variáveis socioeconômicas, a segunda mobiliza, adicionalmente, variáveis de natureza psicológica. Isso significa que somente é possível distinguir qual das duas teorias orientou seus estudos por meio da análise das variáveis utilizadas pelos autores em seus modelos explicativos.

O Gráfico 4 traz esses dados, com o foco voltado, obviamente, para os artigos que trazem resultados de *survey*, o que corresponde a 63% do total analisado. Como se sabe, a Teoria Sociológica do voto privilegia variáveis tais como renda, escolaridade, local de moradia, religião e gênero. No Brasil, foram poucos os trabalhos que utilizaram o enfoque exclusivamente sociológico, como proposto pela escola de Colúmbia – em torno de 12% do total. O que predomina largamente são os estudos com variáveis psicológicas e psicossociológicas, em todas as revistas, com exceção das duas mais antigas, a *RBEP* e a *RDPCP*.

GRÁFICO 4
Variáveis Privilegiadas nos Artigos que Utilizaram Survey, por Periódicos

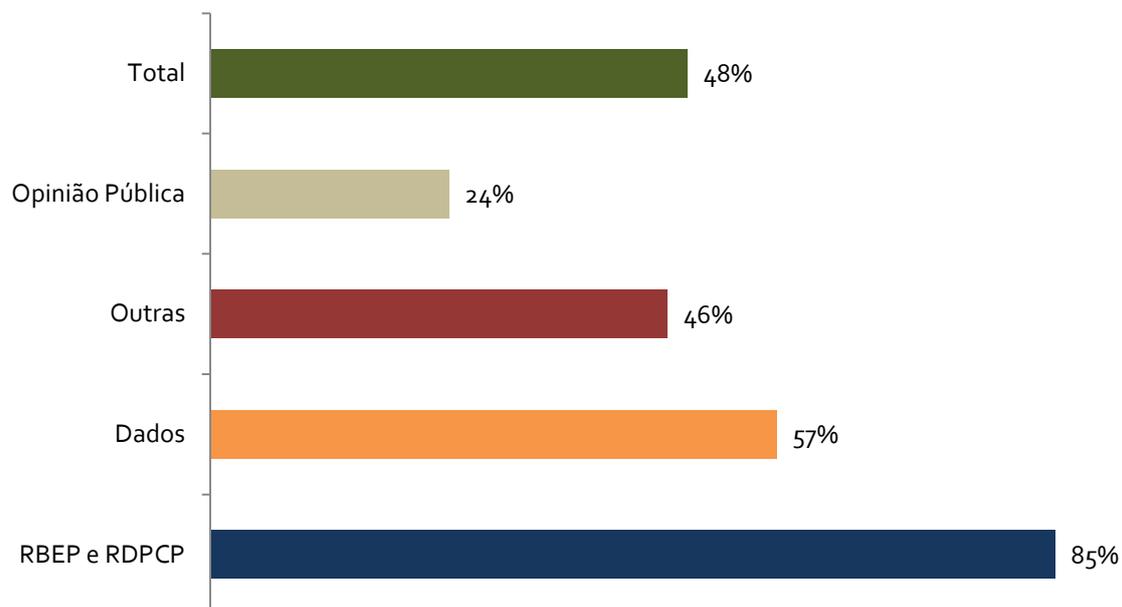


Portanto, a Escola de Michigan é a maior referência nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil quando se trata da aplicação da metodologia do *survey*. Na *Opinião Pública*, essas análises correspondem a 97% das publicações, em grande parte motivadas pelo ESEB¹⁵, um levantamento realizado pelo próprio CESOP, grupo responsável pela edição da revista. Aproximadamente 88% dos trabalhos analisados possuem filiação teórica aos estudos que Angus Campbell iniciou em Michigan – tal corrente não excluiu as variáveis socioeconômicas da análise, mas incluiu outras de caráter psicológico, como emoções, ideologia e socialização política.

No caso dos artigos que recorreram a resultados eleitorais, ou seja, que adotaram como unidade de análise dados agregados referentes às votações, é bastante nítida a permanência do recorte temporal nas publicações, assim como foi no caso das pesquisas que usaram o *survey*. Esses dados estão no Gráfico 5.

¹⁵ O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), desenvolvido no âmbito do CESOP/Unicamp, é vinculado projeto de pesquisa *Comparative Estudy of Electoral Systems*, desenvolvido na Universidade de Michigan.

GRÁFICO 5. Artigos que Utilizaram Resultados Eleitorais, por Periódicos

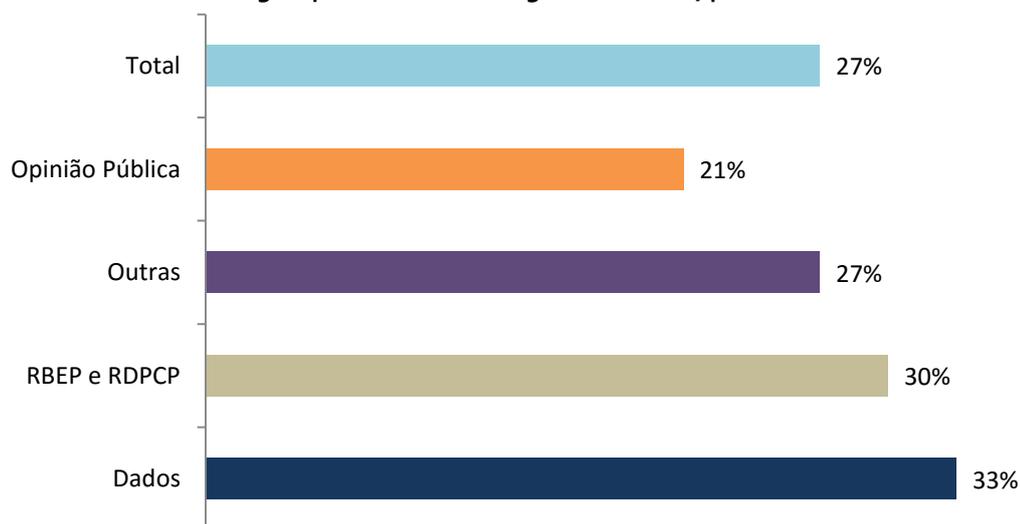


Agora, de maneira inversa, esse tipo de abordagem predomina nas revistas antigas. A *RBEP* e a *RDPCP* privilegiavam largamente os estudos baseados em resultados eleitorais. No início dos estudos de comportamento eleitoral no Brasil, a presença de resultados eleitorais era bem maior do que atualmente. Esses trabalhos eram, sobretudo, análises descritivas das eleições (FERREIRA, 1960; AZEVEDO, 1960, 1964; MALHEIROS, 1961; SANTOS, 1964; LEÃO, 1964; SAMPAIO, 1967; DALLARI, 1967; XAUSA e FERRAZ, 1967; BRASILEIRO, 1967; FERRAZ, 1976), e muitas vezes seguiam a tradição francesa de análise do comportamento eleitoral, baseada no método da geografia eleitoral, com análise de resultados eleitorais por região. A *Opinião Pública*, por sua vez, dedica menos espaço a esse tipo de pesquisa. A *Dados* apresenta uma proporção semelhante de artigos que utilizam *survey* e artigos que utilizam dados agregados. No total, em decorrência do volume e do perfil das publicações na *Opinião Pública*, o total de artigos com resultados eleitorais é bem mais reduzido do que o total que utiliza *surveys*, como mostrado anteriormente.

Ainda com relação a dados agregados, o Gráfico 6 traz as informações sobre as publicações de geografia eleitoral. O uso dessa abordagem não é expressivo – enquanto *surveys* têm a frequência de mais de 60%, esse método abrange apenas 27%

dos trabalhos pesquisados. Entretanto, se o uso da geografia eleitoral for observado apenas entre os artigos que utilizam dados eleitorais, é possível notar um crescimento expressivo desse campo no Brasil: dos 44 artigos que apresentam dados eleitorais, onze deles utilizam também o *survey*, e 22, ou 50%, usam geografia eleitoral.

GRÁFICO 6. Artigos que Utilizaram Geografia Eleitoral, por Periódico



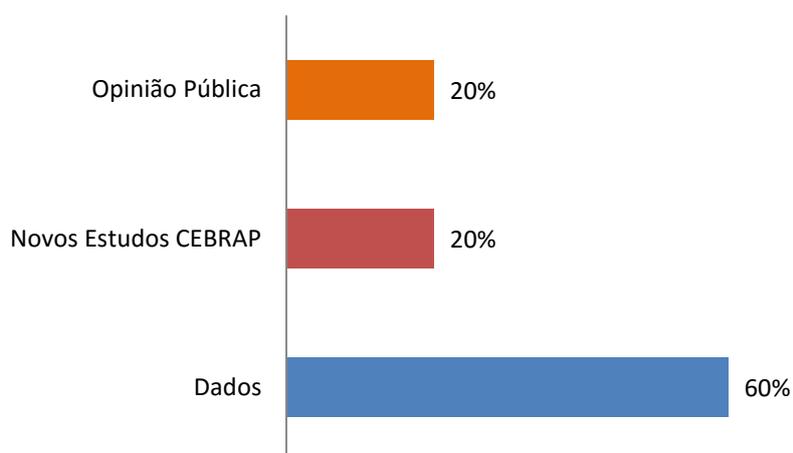
Como discutido anteriormente, os trabalhos que utilizam as explicações econômicas do voto, ou a Teoria da Escolha Racional, tomam o indivíduo como unidade de análise, a partir do postulado da racionalidade instrumental, de aplicação universal. De acordo com a teoria, todos os indivíduos são racionais em termos instrumentais. Por isso, procurarão, sempre, maximizar seus ganhos de acordo com seu auto-interesse. Contudo, para comprovar o modelo da racionalidade em cada caso singular, os pesquisadores adeptos dessa corrente teórica acabam, muitas vezes, recorrendo a dados agregados para a construção de seus modelos econométricos.

Essa é uma nuance importante a ser considerada do ponto de vista epistemológico, qual seja, a unidade de análise é o indivíduo abstrato, e dele se deduzem as formas de comportamento esperadas, o que significa que seu sistema de inferências é dedutivo. Mas os dados para a comprovação empírica são agregados. Esse ponto muitas vezes confundem os analistas. Teóricos da explicação econômica não se preocupam com o mundo empírico, apenas com teorias formais essencialmente matemáticas. Pesquisadores empíricos que aderem à explicação

econômica costumam confrontar as previsões da teoria com dados. Mas procuram comprovar que os indivíduos são racionais, ou seja, que sua unidade de análise básica opera como previsto pela teoria.

No caso das revistas analisadas apenas cinco artigos utilizaram o modelo econômico para explicar o voto (SAMUELS, 1997; PEREIRA; RENNÓ, 2001; FIGUEIREDO et. al.; 2002; RENNÓ; SPANAKOS, 2006; CASTRO; NUNES, 2014). Como demonstrado no Gráfico 7, a *Dados* – com um perfil editoria mais plural que a *Opinião Pública*, mas não tanto quanto a *Novos Estudos CEBRAP*, que publica outras áreas, além da ciência política – foi a que mais publicou artigos de Escolha Racional. Se comparado ao desenvolvimento das outras teorias, são poucos os pesquisadores brasileiros que contemplam variáveis econômicas correspondentes a informações agregadas e também resultados eleitorais nas análises, utilizando a Escolha Racional como única opção metodológica.

GRÁFICO 7. Artigos que Utilizam Teoria da Escolha Racional, por Periódico



O Quadro 3 e Gráfico 8 apresentam a série histórica das publicações, por décadas e revistas, discriminando-as pelas abordagens adotadas. Essa panorama permite uma avaliação mais detalhada da evolução dos estudos eleitorais no país. Como se pode notar, a *RBEP* e a *RDPCP*, os únicos periódicos de 1956 a 1970, davam uma clara ênfase à geografia eleitoral e aos estudos descritivos de resultados eleitorais – um tipo de análise que não se enquadra em nenhuma das abordagens, porque, na verdade, não recorre a nenhuma delas ou outra, uma vez que são realmente descrições de resultados eleitorais. A proporção de artigos que utilizam a

explicação sociológica é elevada, embora o número de casos seja reduzido. Entretanto, na década de 1970, a abordagem sociológica não será contemplada. Nesse período, surge a revista *Dados*, que publicará poucos artigos, sendo todos vinculados à explicação psicológica. Nos anos 1980, surgem três novas revistas – *Novos Estudos CEBRAP*, *Lua Nova* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais* –, que publicam artigos de geografia eleitoral e também de explicação psicológica. As revistas antigas publicam poucos artigos sobre o tema e todos de geografia eleitoral ou análise descritiva de resultados eleitorais; a *Dados* mantém reduzidas as publicações e a exclusividade da abordagem psicológica. A revista do CEBRAP publica poucos artigos, com destaque para a abordagem psicológica, assim como a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

Na década de 1990 duas novas revistas entram em cena – *Revista de Sociologia e Política* e *Opinião Pública*. A partir daqui o número de publicações aumenta e há uma diversificação nas abordagens, ou seja, ocorre uma fragmentação nos periódicos e abordagens utilizadas. Na *Dados* há artigos de todos os tipos de abordagem, inclusive a teoria econômica do voto, mas o volume de artigos é pequeno. Na *Opinião Pública* o volume de publicações é maior e predominam amplamente artigos que utilizam a explicação psicológica do comportamento eleitoral. Nos anos 2000 surge a *Brazilian Political Science Review*, aumentando mais a fragmentação dos periódicos e continua a das abordagens utilizadas. Apesar de poucos, aparecem mais artigos que recorrem à explicação econômica. *Opinião Pública* é a revista com um volume muito mais elevado de publicações sobre eleições e comportamento eleitoral, com amplo destaque para a abordagem psicológica.

Nos anos 2011-2014, geografia eleitoral volta a ter destaque, agora na *Dados*; a *Opinião Pública* publica alguns artigos que usam a abordagem econômica, mas mantém um espaço elevado para a explicação psicológica do voto. Nesse período, nenhum artigo sobre comportamento eleitoral foi publicado na revista do CEBRAP, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e na *Brazilian Political Science Review*. Na *Lua Nova*, o pouco que se publica retorna à explicação sociológica; na *Revista de Sociologia & Política*, apenas artigos com explicação psicológica.

De modo geral, a explicação sociológica só tem algum destaque até os anos 1970, estando estreitamente vinculada às extintas *RBEP* e *RDPCP*. Isso se deveu ao perfil editorial, de uma parte, e, de outra, ao fato de que o modelo de Michigan ainda não havia sido introduzido no país de maneira mais intensiva, como iria ocorrer a partir de então. As publicações sobre o tema se pulverizaram pelas abordagens psicológica e geográfica na *Dados*, *RBCS*, *Lua Nova* e *RSP*. A *Opinião Pública* se tornou rapidamente a principal revista temática, sendo um espaço de amplo predomínio da explicação psicológica. Um dado surpreendente é a quantidade elevada de artigos de geografia eleitoral ao longo do tempo e seu crescimento mais recente. Análises de geografia eleitoral são o segundo tipo de abordagem mais utilizada, bastante à frente da explicação sociológica, que praticamente desapareceu, e da explicação econômica, mais recente e muito reduzida. Em primeiro lugar, bastante à frente das demais, a abordagem psicológica inspirada no modelo de Michigan.

Na verdade, o predomínio da geografia eleitoral e, principalmente, da explicação psicológica indicam a crescente quantificação nos estudos sobre comportamento eleitoral. Estudos descritivos praticamente não são realizados. Estudar as eleições envolve o estudo do comportamento eleitoral e, assim, de *survey* e análise estatística dos dados. No gráfico 8, esses mesmos dados aparecem totalizados por temas em cada período, e deixam ainda mais evidente a dominância da abordagem psicológica e seu crescimento ao longo do tempo, associado ao surgimento da revista *Opinião Pública*. Esse periódico dedica amplo espaço aos estudos eleitorais, especialmente de comportamento eleitoral, o favoreceu não apenas o aumento no número de artigos sobre o tema, mas também a representatividade elevada da explicação psicológica no âmbito desse tipo de pesquisa.

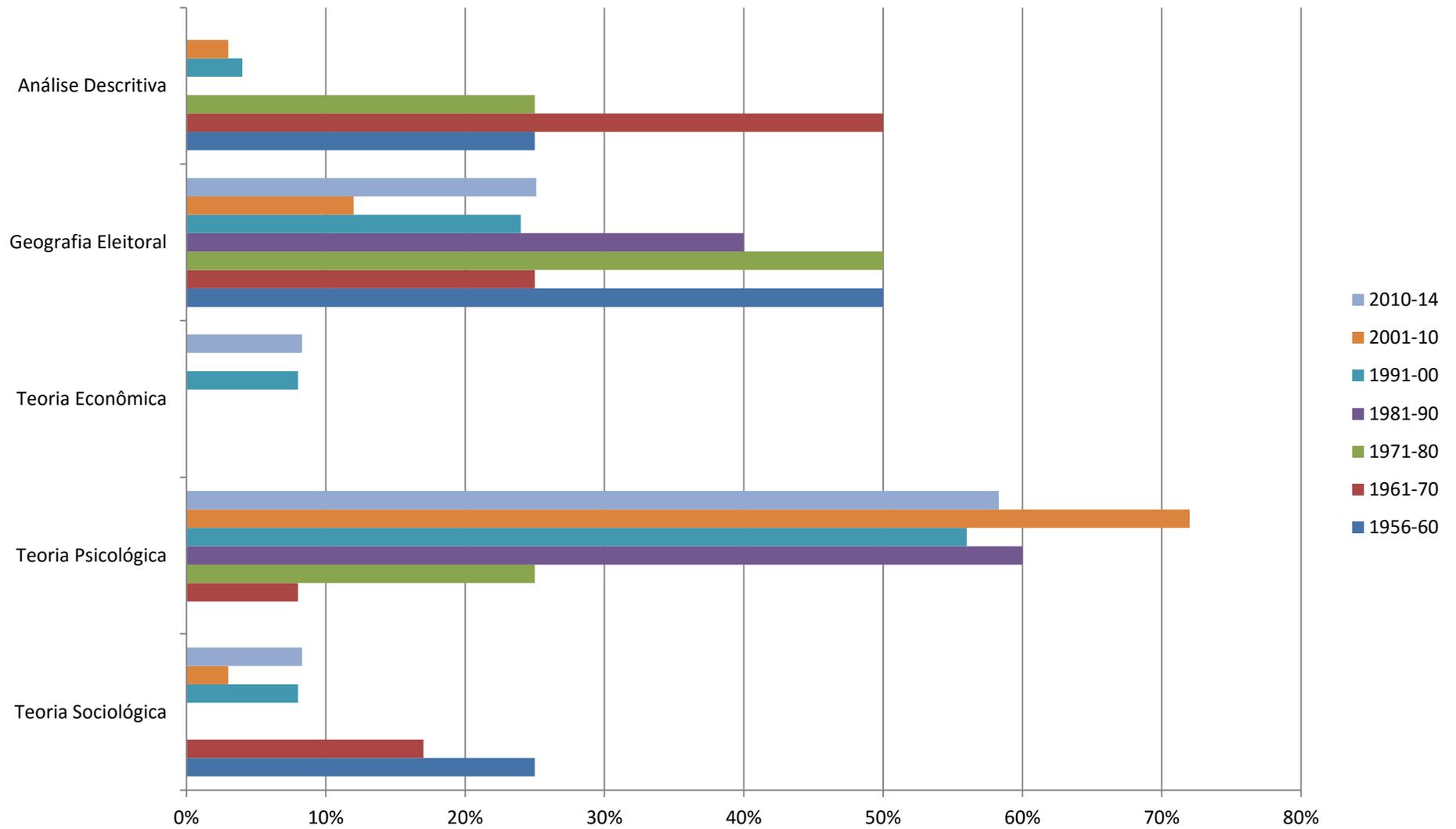
QUADRO 3
Frequência das Teorias Explicativas do Comportamento Eleitoral por décadas e Revistas

| | 1956-60 | 1961-70 | 1971-80 | 1981-90 | 1991-00 | 2001-10 | 2011-14 |
|---|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
| RBEP e RDPCP | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | 25% (1) | 17% (2) | - | - | - | - | - |
| Teoria Psicológica | - | - | - | - | - | - | - |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | - | - | - |
| Geografia Eleitoral | 50% (2) | 25% (3) | 50% (2) | 20% (1) | -- | - | - |
| Análise Descritiva | 25% (2) | 50% (6) | 25% (1) | - | - | - | - |
| Dados | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | 4% (1) | - | - |
| Teoria Psicológica | - | 8% (1) | 25% (1) | 20% (1) | 8% (2) | 6,25% (2) | - |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | 4% (1) | 6,25% (2) | - |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | - | 12% (3) | - | 16,8% (2) |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | 4% (1) | - | - |
| Opinião Pública | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | 4% (1) | 3% (1) | - |
| Teoria Psicológica | - | - | - | - | 32% (8) | 41% (13) | 50% (6) |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | - | - | 8,3% (1) |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | - | 4% (1) | 6,25% (2) | 8,3% (1) |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | - | - | - |
| Revista Brasileira de Ciências Sociais | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | - | - | - |
| Teoria Psicológica | - | - | - | 20% (1) | 4% (1) | 9,5% (3) | - |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | - | - | - |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | - | - | - | - |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | - | - | - |
| Novos Estudos CEBRAP | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | - | - | - |
| Teoria Psicológica | - | - | - | - | - | 6,25% (2) | - |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | 4% (1) | - | - |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | - | 8% (2) | 3% (1) | - |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | - | 3% (1) | - |
| Lua Nova | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | - | - | 8,3% (1) |
| Teoria Psicológica | - | - | - | 20% (1) | 12% (4) | - | - |
| Teoria Econômica | - | - | - | -- | - | - | - |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | 20% (1) | - | - | - |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | - | - | - |
| Revista de Sociologia & Política | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | - | - | - |
| Teoria Psicológica | - | - | - | - | - | 3% (1) | 8,3% (1) |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | - | 3% (1) | - |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | - | - | 3% (1) | - |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | - | - | - |
| Brazilian Political Science Review | | | | | | | |
| Teoria Sociológica | - | - | - | - | - | - | - |
| Teoria Psicológica | - | - | - | - | - | 6,25% (2) | - |
| Teoria Econômica | - | - | - | - | - | -- | - |
| Geografia Eleitoral | - | - | - | - | - | - | - |
| Análise Descritiva | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 100% (5) | 100% (12) | 100% (4) | 100% (5) | 100% (26) | 100% (32) | 100% (12) |

Fonte: Elaboração própria.

Nota Explicativa: Quatro trabalhos se repetem em mais de uma categoria, por exemplo: uso de Geografia Eleitoral e de Teoria Psicológica. Os trabalhos posicionados em cada categoria podem ser consultados no Anexo 1.

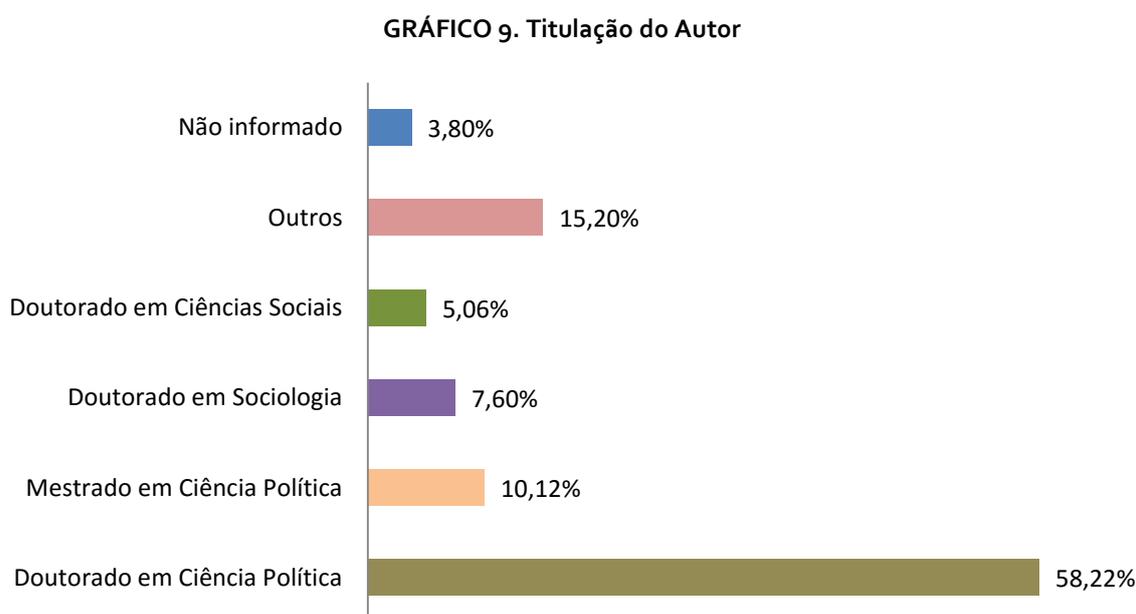
GRÁFICO 8. Frequência das Publicações por Tipo de Abordagem e Período



Fonte: Elaboração própria.

4.3 Análise do Perfil dos Autores que Publicaram sobre Comportamento Eleitoral

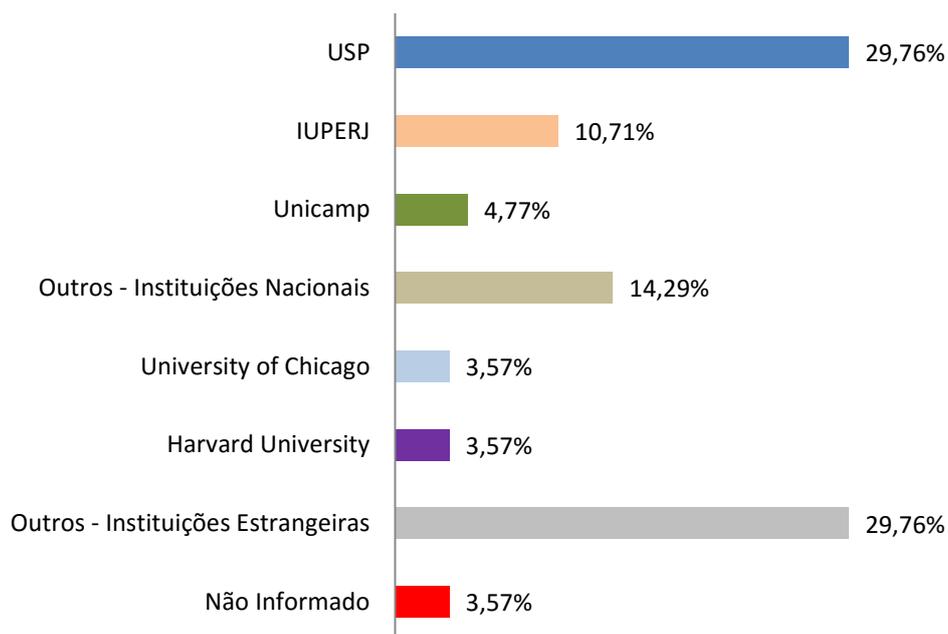
Os autores dos artigos de comportamento eleitoral no Brasil possuem, em sua maioria, formação específica na área da ciência política – mestrado ou doutorado –, como demonstra o Gráfico 9. Há doutores em outras áreas, sobretudo Sociologia e Ciências Sociais, mas também em Administração Pública, Comunicação, História, Formação de Opinião Pública e Política Social, além de mestres em Estatística e Sociologia, com a frequência de um caso para cada uma dessas áreas/titulação.



Fonte: Elaboração própria.

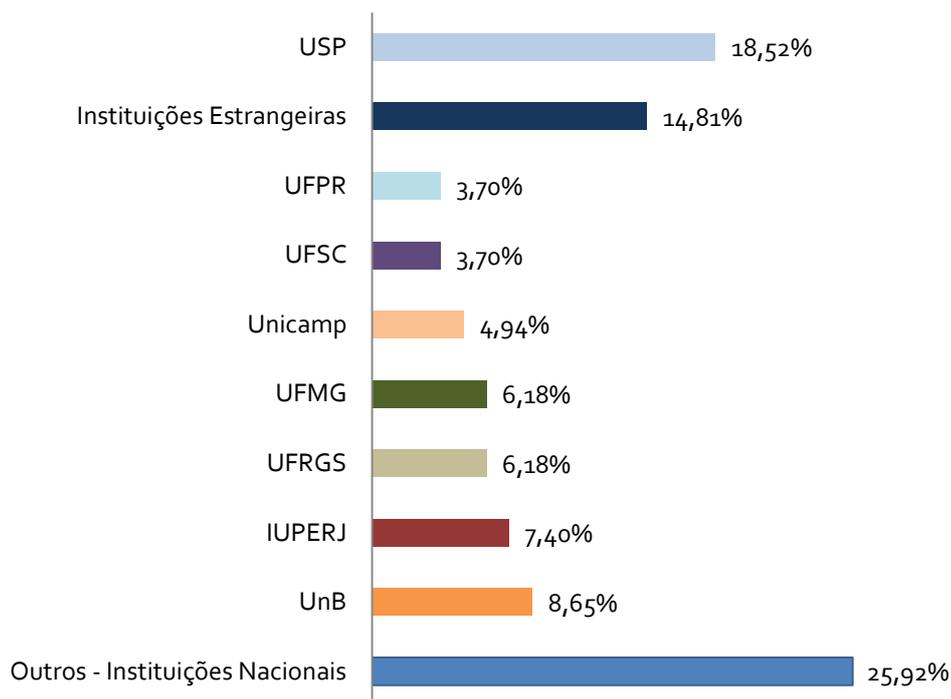
O estudo do comportamento eleitoral no Brasil se firmou, portanto, como um terreno das ciências sociais e, particularmente, da ciência política, uma vez que mais de 80% dos autores estão identificados nessas categorias. A seguir, o Gráfico 10 apresenta as Instituições em que esses títulos foram conquistados. Há uma forte concentração de pesquisadores oriundos da USP, mas chama atenção a quantidade de pesquisadores que obtiveram doutorado no exterior, cerca de 37% do total, onde 90% dessa parcela é formada nos Estados Unidos e 10% na Europa, em universidades da Inglaterra e França. Entre os pesquisadores formados no Brasil, há uma concentração no sudeste, entre Rio e São Paulo, com aproximadamente 45% dos pesquisadores formados na USP, IUPERJ e Unicamp.

GRÁFICO 10. Instituição de Titulação dos Autores



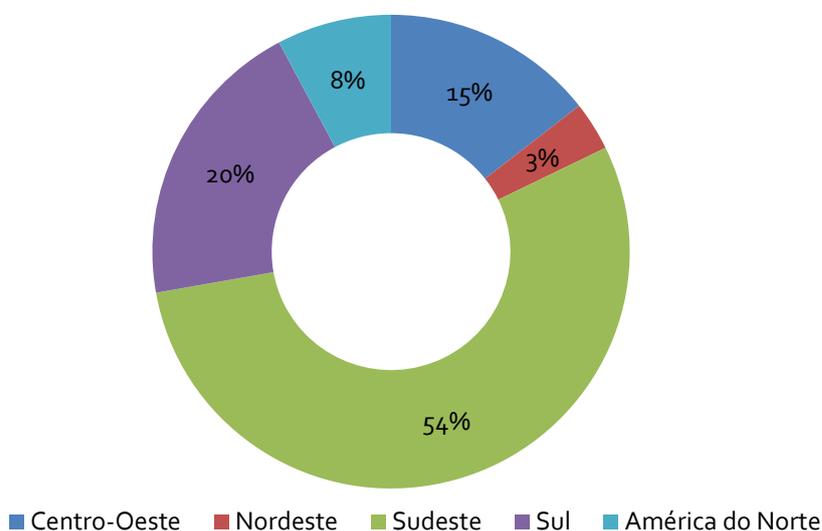
Quando analisado o vínculo institucional dos autores – ou seja, a universidade em que trabalham – há uma pequena dispersão institucional. O Gráfico 11 demonstra a predominância dos estudos uspianos, entretanto existe maior variedade entre as universidades, com artigos de pesquisadores da UFPR, UFSC, UFRGS, UFMG e UnB, além das já citadas Unicamp e IUPERJ. Quanto às Instituições Estrangeiras, pesquisadores da América do Norte, alguns brasileiros, publicaram nos periódicos científicos nacionais durante o período analisado, totalizando cerca de 14% dos autores.

GRÁFICO 11. Vínculo Institucional dos Autores



Como pode ser observado nos dados anteriores, a produção é fortemente concentrada em algumas Instituições do Sudeste brasileiro – tanto no que diz respeito a titulação dos autores quanto ao local de trabalho. Há, portanto, forte concentração regional. O Gráfico 12 divide os artigos segundo a região do autor, demonstrando um predomínio do sudeste nas publicações, seguido dos estados do sul e do centro-oeste brasileiro, o que demonstra a participação de pesquisadores de outros estados em projetos de análise de comportamento eleitoral, como o ESEB ou *surveys* estaduais.

GRÁFICO 12. Distribuição Proporcional dos Artigos de Acordo com a Região dos Autores



5. CONCLUSÕES

Os estudos eleitorais remontam ao processo de ampliação do sufrágio para a escolha dos governantes, a partir da segunda metade do século XIX. Esses debates iniciais – travados por juristas, intelectuais e políticos – discutiam, sobretudo, a influência das normas eleitorais e a extensão do sufrágio para diversos segmentos da população. Com a transformação da análise política enquanto disciplina acadêmica – ou a criação da ciência política moderna – esse debate ocupou grande parte dos cientistas políticos na Europa e Estados Unidos.

Da mesma forma, intelectuais e políticos brasileiros foram pioneiros na análise eleitoral, antes mesmo da chamada “institucionalização” da ciência política brasileira, fato que teria ocorrido, segundo a literatura, na segunda metade dos anos 1960. Entretanto, ao compreendermos a discussão travada pelos intelectuais anteriores a esse movimento enquanto estudos claramente afinados ao paradigma institucionalista da área, defendemos que a ciência política brasileira é anterior aos primeiros Programas de Pós-Graduação. Nos anos 1960, acompanhando a “revolução” do paradigma comportamentalista norte-americano, os pesquisadores brasileiros buscaram nos estudos eleitorais e de comportamento do eleitor introduzir o paradigma que se transformava em dominante no plano internacional, ao mesmo tempo em que a área vivia o seu início de processo de autonomização, se desvencilhando dos cursos de Direito e Sociologia.

Nesse sentido, os estudos de comportamento eleitoral foram essenciais para a introdução e difusão do paradigma comportamentalista da ciência política no Brasil, o que contribuiu para a identidade e autonomia da área. Até hoje, prevalecem nesses estudos o comportamentalismo, ligados principalmente a Teoria Psicológica do Voto, que leva em conta variáveis socioeconômicas e psicológicas na análise e é predominante nos Estados Unidos e Europa. Se os estudos legislativos no Brasil, inaugurados nos anos 1990 (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999) foram responsáveis pela inclusão do paradigma neo-institucional na ciência política nacional, sob os pressupostos teóricos da escolha racional, quatro décadas antes foram os estudos eleitorais os responsáveis pelo debate com o paradigma predominante do período.

Entretanto, uma vez que esses estudos tenham colaborado para a institucionalização da área, formação de pesquisadores e consolidação de revistas científicas nacionais, esse processo foi extremamente concentrado em estados da região sudeste e suas Universidades, particularmente na USP, IUPERJ e UFMG. Ainda que pesquisadores de outros estados tenham participado desse processo, o protagonismo dos estudos de comportamento eleitoral no Brasil coube aos pesquisadores do sudeste do país.

A autonomização da ciência política e seu desenvolvimento, ao longo dos últimos 60 anos, só foi possível em virtude das análises de comportamento eleitoral e eleições, capazes de introduzir no Brasil um paradigma próprio da área. Ainda vigente, parece-nos razoável defender que o processo de expansão da ciência política brasileira deve ser acompanhado pela diversificação e expansão dessa área de estudo. A criação do Periódico *Opinião Pública*, em 1993, abriu uma janela para a divulgação dos trabalhos de comportamento eleitoral, agora a área deve enfrentar o desafio da descentralização da abordagem e da produção, atualmente centrada na Teoria Psicológica e no sudeste do país.

Com o manancial de dados eleitorais e a capacidade de desagregação desses dados atualmente disponíveis no Brasil, os estudos sobre comportamento eleitoral podem se voltar aos estados, mas principalmente aos municípios, unidades de análise ainda pouco exploradas na ciência política brasileira e com um potencial comparativo e analítico promissor. O desafio de construção da independência da ciência política brasileira foi enfrentado e vencido, desde os anos 1950, o atual desafio, de expansão da disciplina e das suas análises, só será cumprido com a descentralização dos estudos e das teorias explicativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, J (1874). Reforma Eleitoral. In: SANTOS, W. G. (1991). *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

_____. (1868 [1997]). *Systema Representativo*. Edição Fac-símile. Brasília: Senado Federal.

ALMOND, G.; VERBA, S. (1963). *The Civic Culture*. New York: Sage.

ANTUNES, R. (2008). *Identificação Partidária e Comportamento Eleitoral: fatores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de Voto*. Coimbra: Universidade de Coimbra. (Dissertação de Doutorado em Psicologia).

ARROW, K. (1951). *Social Choice and Individual Values*. New York: John Winley and Sons.

ASSIS BRASIL, J. F. (1893). *Democracia Representativa: Do Voto e do Modo de Votar*. Rio de Janeiro: Tipografia G. L e Filhos.

BARNES, S.; KAASE, M. (1979). *Political Action: Mass Participation in five Western Democracies*. Los Angeles: Sagi.

BARTELS, L. (2010). "The Study of Electoral Behavior"; In: LEIGHLEY, J. (Ed.), *The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press.

BERELSON, B.; LAZARFELD, P.; MCPHEE, H.; (1954). *Voting*. Chicago: University of Chicago Press.

BUSSI, M. (1998). *Eléments de géographie électorale*. Mont-Saint-Aignan: Presses de l'Université de Rouen.

BUTLER, D. (2014). *The Evolution of British Electoral Studies*, Conference Delivered at British Electoral Studies, online: <http://www.britishelectionstudy.com/bes-impact/the-evolution-of-british-electoral-studies-by-david-butler/#.VrgsA8e5hQU>

_____.; STOKES, D. (1969). *Political Changes in Britain: Forces Shaping Electoral Choices*. London: MacMillan.

CAMPBELL, A. (1961). "Desenvolvimentos recentes em estudos de 'survey' sobre comportamento político". *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. IV, n. I, pp. 42-57.

_____.; CONVERSE, P.; MILLER, W. (1960). *The American Voter*. New York: John Miley Press.

CAMPELLO DE SOUZA, M. C. (1976). *Estado e Partidos Políticos no Brasil 1930-1964*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

CARREIRÃO, Y. (2002). *A decisão de Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV.

CARRILLO, N. (2004). "The Sociological Perspective". In: GEER, John (ed.). *Public Opinion and polling around the world*. ABC Clio: Santa Barbara; Denver; Oxford.

CARVALHO, J. M. (2014). "1964 meio século depois". *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 24, n.1, pp. 9-14.

CASTRO, M. M. M. (1994). *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Tese de Doutorado em Ciência Política).

CAVALCANTI, T. DUBINIC, R. (orgs.) (1964). *Comportamento Eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

CHRISTIE, W. (2009). *The Edinburgh Review in the Literary Culture of Romantic Britain*. London: Routledge.

CONVERSE, J. (1987). *Survey Research in the United States: Roots and Emergence (1890-1960)*. Berkeley: University of California Press.

_____. (2006). "Researching Electoral Politics", *American Political Science Review*, n. 100, pp. 605-612.

COUTINHO, F. M. A. (2006). "A Sociologia Eleitoral No Brasil: Uma Investigação das últimas seis décadas pela Revista Brasileira de Estudos Políticos", *Revista do CAAP*, Belo Horizonte, ano 5, n. 8.

COX, K. (1973). *Conflict, Power and Politics in the City: a Geographic View*. New York: McGraw-Hill Press.

_____. (1979). *Location and Public Problems*. Chicago: Maaroufa.

CURTICE, J. (1995). "Imported Ideas in a Changing Political Landscape", *European Journal of Political Research*, v. 25, n.3, pp. 267-286.

DOWNS, A. (1957). *An economic theory of democracy*. Nova York: Harper and Row Publishers. Edição Brasileira: *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

DROOP, H. R. (1869). *On the Political and Social Effects of Different Methods of Electing Representatives*. London: W. M. and Son.

_____. (1881). "On the Methods of Electing Representatives", *Journal of the Statistical Society of London*, v. 44 n.02, pp. 141-196.

DUVERGER, M. *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie. Edição Brasileira: *Os Partidos Políticos*. Brasília: EdUnB, 1981.

EASTON, D. (1985). "Political Science in the United States: Past and Present", *International Political Science Review*, n. 06, v.01, pp. 133-152.

EIJK, C.; NIEMÖLLER, K. (1995). "Election Studies in the Netherlands", *European Journal of Political Research*, v. 25, n. 03, pp.323-342.

ELGIE, R.; GRIGGS, E. (2000). *French Politics: Debates and Controversies*. London & New York: Routledge.

FAORO, R. (1958). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo.

FARR, J. (2008). The history of political thought as disciplinary genre. In: DRYZEK, J.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: Oxford University Press.

_____; SEIDELMAN, R. (1993). (orgs.). *Discipline and History: Political Science in the United States*. Michigan: The Michigan University Press.

_____. (1995), "Remembering the revolution: behavioralism in American political science". In DRYZEK, J.; FARR, J.; LEONARD, S. (eds.). *Political science in history: research programs and political traditions*. Cambridge: Cambridge University Press.

FARRELL, D. (2001). *Electoral Systems: A Comparative Introduction*. London: Palgrave MacMillan.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV.

FIGUEIREDO, M. (1991). *A Decisão do Voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, 1991.

FLEISCHER, D. (orgs.). (1981). *Os Partidos Políticos no Brasil* (dois volumes). Brasília: EdUnB.

FORJAZ, M. C. (1979). "De como a 'autonomia do político' aprisionou os cientistas sociais brasileiros". *Cadernos de Opinião*, São Paulo, n. 14.

_____. (1997). A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: Aspectos Institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35.

FREIDEL, F. (1947). *Francis Lieber: Nineteenth Century Liberal*. Brouge: Louisiana State University Press.

FREIRE, A. (2001). *Modelos de Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica*. Lisboa: Celta Editora, 2001.

GALLAGHER, M.; MITCHELL, P. (2005). *The Politics of Electoral Systems*. Oxford: Oxford University Press.

GOGUEL, F. (1968) A Sociologia Eleitoral – França. In: GURVITCH, G. *Tratado de Sociologia* – volume II. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

GOSNELL, H. (1927). *Getting out the Vote*. Chicago: University of Chicago Press.

_____. (1930). *Why Europe Votes?* Chicago: University of Chicago Press.

GREGO, J. (1892). *A history of parliamentary elections and electioneering from the Stuarts to Queen Victoria*. Londres: Chatto & Windus.

GROVES, R. (2001). "Three Eras of Survey Research", *Public Opinion Quarterly*, v. 75, n.05, pp. 861-871.

HARE, T. (1857). *The Machinery of Representation*. London: W. Maxwell.

_____. (1859). *Treatise on the Election of Representatives: Parliamentary and Municipal*. London: L. B. G. L. and R.

HEANEY, M.; HANSEN, J. (2006). "Building the Chicago School", *American Political Science Review*, v. 100, n.04, pp. 588-596.

HOLMBERG, S. (1995). "Election Studies in Swedish Way", *European Journal of Political Research*, v.25 n.04, pp. 310-322.

INGLEHART, R. (1977). *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1990). *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.

KAASE, M.; KLINGEMANN (1995). "Electoral Research in the Federal Republic of Germany", *European Journal of Political Research*, v. 25, n.03, pp. 343-366.

KEY, V. (1949). *Southern Politics in State and Nation*. New York: Alfred Knopf.

_____. (1956). *American State Politics: an Introduction*. Westport: Greenwood Pres.

KUHN, T. (2005). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

LAKEMAN, E. (1970). *How Democracies Vote: a study of Majority and Proportional Electoral Systems*. Londres: Faber & Faber.

LAMOUNIER, B. (1975). "Comportamento Eleitoral em São Paulo: passado e presente". In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). (1975). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 15-44.

_____. (1982). "A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico". In: LAMOUNIER, B. (orgs.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: EdUnB.

_____. (org.). (1980). *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1988). "O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

_____.; CARDOSO, F. H. (orgs.). (1975). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAVAREDA, A. (2009). *Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LAZARFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET. H; (1944). *The People's Choice*. New York: Columbia University Press.

LEAL, V. N. (1948). *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense Editorial.

LESSA, R. (2010). "O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista". In: LESSA, R. (org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: ANPOCS.

LEWIS, G. C. (1849). *Essay on the Influence of Authority in Matters of Opinion*. London: John Parker.

LIEBER, F. (1853). *Civil Liberty and Self-Government*. Philadelphia: Lippincote and Co.

MARSHALL, J. G. (1854). *Carta*. Disponível em <
http://www.forgottenbooks.com/readbook_text/Minorities_and_Majorities_Their_Relative_Rights_1000541638/5>.

MARTINS JR., J. P. (2009). "Modelo Sociológico de Decisão de Voto Presidencial no Brasil 1994-2006". *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 3, n. 2.

McCALLUM, R.; READMAN, A. (1947). *The British General Election of 1945*. London: G. Cumberlege.

MERRIAM, C. (1908). *Primary Elections: A Study of the History of Primary Election Legislation*. Chicago: University of Chicago Press.

_____.; GOSNELL, H. (1924). *Non-Voting: Causes and Methods of Control*. Chicago: University of Chicago Press.

MILL, J. S. (1861). *Considerations on Representative Government*. London: Parker, Son and Bourn.

MILLER, W. (1995). "An Organizational History of the Intellectual Origins of the American National Election Studies", *European Journal of Political Research*, v. 25, n.03, pp. 247-265.

NIEMEYER, S.; DRYZEK, J. (2006). "Reconciling pluralism and consensus as political ideals". *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 3.

PACKENAM, R. A. (1965). "A pesquisa política no Brasil: ponto de vista de um norte-americano". *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. I, pp. 5-27.

PERES, P. S. (2008) "Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68.

POMPER, G. (1978). "The Impact of the 'American Voter' on Political Science", *Political Science Quarterly*, Nº 93, pp. 617-628.

PORTO, W. C. (2013). *Dicionário do Voto*. Rio de Janeiro: Lexikon.

REIS, F. W. (1978). (orgs.) *Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo.

ROSPIR, J. I. (2004). "Lazarsfeld in memoriam: The People's Choice y Voting cumplen sesenta y cincuenta años". *Doxa Comunicación*, CEU Universidad de San Pablo, Madrid, n. II.

SALDANHA, N. (2001). *História das Ideias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal.

SANGUIN, A. L. (2014). "Renascimento Institucional e o futuro da geografia política na França a partir da década de 1970". *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Online < actageo.ufrr.br >.

SAUNDERS, R. (2011). *Democracy and the Vote in British Politics (1848-1867)*. Burlington: Ashgate.

SIEGFRIED, A. (1913). *Tableau Politique de la France de L'Ouset sous la Troisième République*. Paris: Armand Colin.

_____. (1930). *Tableau des Partis en France*. Paris: Grasset.

SINGER, A. (1999). *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP.

SOARES, G. (1973). *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia.

SOUZA, F. B. S. (1872[1979]). *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal.

SPECK, B.; CARNEIRO, J. M. (2013). "Apresentação". In: SPECK, B.; CARNEIRO, J. M. (orgs.). *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*. Cadernos Adenauer, n. 2, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, pp. 7-12.

TAVARES, J. G. (1998). "A Teoria da Representação Política e do Governo em Assis Brasil"; In: ASSIS BRASIL, J. (1998). *A Democracia Representativa na República: Uma Antologia*. Brasília: Senado Federal.

TELLES, H.; LAVAREDA, A. (2011). (orgs.). *Como o Eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV.

_____; _____. (2015). *Voto e Estratégias de Comunicação Política na América Latina*. Curitiba: Appris.

TERRON, S. (2012). "Geografia Eleitoral em foco". *Em Debate*, Belo Horizonte, ano 4, n. 6, pp. 8-18.

THOMASSEN, J. (1995). "The Intellectual History of Elections Studies", *European Journal of Political Research*, v. 25, n.03, pp. 239-245.

TIDEMAN, N. (2006). *Collective Decisions and Voting: the potential for public choice*. Burlington: Ashgate.

TRINDADE, H. (1973). "Nota de Pesquisa: padrões de comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul". *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, separata.

VALEN, H.; AARDAL, B. (1995). "The Norwegian Programme of Electoral Research", *European Journal of Political Research*, 25/03, pp. 287-309.

VEIGA, L. (2001). *Em busca de razões para o Voto: o uso que o homem comum faz do Horário Eleitoral*. Rio de Janeiro: IUPERJ. (Tese de Doutorado em Ciência Política).

VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. (1978). *Participation and Political Equality: a Seven-Nation Comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.

YSMAL, C. (1995). "The History of Electoral Studies in France", *European Journal of Political Research*, 25/03, pp. 367-385.

ARTIGOS ANALISADOS

ALBUQUERQUE, J. A. G. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26.

AMES, Barry (1994). A organização Partidária Local nas eleições presidenciais brasileiras de 1989. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; PERES, Glauco (2011). A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2.

AZEVEDO, Armando Fay (1960). Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8.

_____. (1964). Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 16.

BALBACHEVSKY, Elisabeth (1992). Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26.

BALHANA, Altiva Pilatti (1969). Eleições em Santa Felicidade, 1945-1965. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 27.

BAQUERO, Marcello (1994). O Desencanto com a democracia: análise do comportamento eleitoral dos gaúchos nas eleições de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 2, n. 2.

_____. (2007). Eleições e Capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2.

BOHN, Simone (2007). Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e votos em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2.

BRASILEIRO, Ana Maria (1967). As eleições de 15 de novembro de 1966 no Estado da Guanabara. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 23.

BUENO, Natália Salgado (2012). Raça e Comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. *Lua Nova*, São Paulo, n. 85.

CARREIRÃO, Yan de Souza (1999). Avaliação do Governo e voto econômico. *Lua Nova*, São Paulo, n. 42.

_____. (2002). Identificação Ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1.

_____. (2004). A Eleição Presidencial De 2002: Uma Análise Preliminar Do Processo e dos Resultados Eleitorais. *Revista de Sociologia & Política*, Curitiba, n. 22.

_____. (2007a). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2.

_____. (2007b). Relevant Factors for the Voting Decision in the 2002 Presidential Election: An Analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 1, n. 1.

_____.; BARBETTA, Pedro Alberto (2004). A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56.

_____.; KINZO, M^a. D'Alva (2004). Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1.

CASTRO, Mônica Machado (1993). Raça e comportamento Político. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3.

_____.; NUNES, Felipe (2014). Candidatos corruptos são punidos? Accountability na eleição brasileira de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1.

CAVALLARI, Marcia; OLSEN, Orjan; STRAUBHAAR, Joseph Dean (1993). O uso de pesquisas eleitorais em decisões de voto: As eleições brasileiras de 1989. *Opinião Pública*, Campinas, v. 1, n. 2.

CERVI, Emerson (2002). Comportamento eleitoral volátil e reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Revista de Sociologia & Política*, Curitiba, n. 19.

CINTRA, Antônio Octávio (1968). Partidos Políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 5.

CRUZ, Levy (1959). Funções do comportamento político numa comunidade do São Francisco. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 5.

DALLARI, Dalmo de Abreu (1967). Respostas do eleitorado paulista aos estímulos de uma nova ordem. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 23.

_____. (1976). Considerações sobre o comportamento do eleitorado paulista. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 43.

DENTZIEN, Plínio (1994). Dimensões da avaliação política do eleitorado numa análise fatorial. *Opinião Pública*, Campinas, v. 2, n. 1.

ELKINS, Zachary (2000). Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 6, n. 1.

FERNANDES, Luis (1995). Muito Barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1.

FERRAZ, Francisco (1976). As eleições de 1974 e o futuro do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 43.

FERREIRA, Marcelo Costa (2000). Participação e comportamento político no estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*, Campinas, v. 6, n. 2.

FERREIRA, Oliveiros da Silva (1960). Comportamento eleitoral em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando; FERREIRA, M^a. Paula; SILVA, Paulo Henrique (2002). Partidos e Distribuição Espacial dos Votos na Cidade de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 64.

FIGUEIREDO, Rubens (1994). Opinião Pública, Intencionalidade e Voto. *Opinião Pública*, Campinas, v. 2, n. 2.

_____. (2003). A eleição de 2002. *Opinião Pública*, Campinas, v. 9, n. 2.

FLEISCHER, David (1976). Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966-1974). *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 43.

GERSCHMAN, Silva (1983). O Voto na Favela. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 56.

GUARNIERI, Fernando (2014). Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 2.

HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHEVSKY, Elisabeth (2007). Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2004). Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2.

_____. (2011). Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2.

KINZO, M^a. D'Alva (1992). A Eleição presidencial de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1.

_____. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57.

LAVAREDA, Antônio (1989). Governos, Partidos e eleições segunda a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3.

LEÃO, Anis José (1964). Comportamento do Eleitorado de Belo Horizonte nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 16.

LIMA JR, Olavo Brasil (1990). A Alienação Eleitoral e seus Determinantes: nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 14.

_____. (1995). As eleições gerais de 1994: resultados e implicações político-institucionais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1.

LIMONGI, Fernando; MESQUITA, Lara (2008). Estratégia partidária e preferência dos eleitoras: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 81.

LUCIO, Elaine Cristina; RENNÓ, Lucio; CASTRO, Henrique (2009). Bolsa Família e Voto na Eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 1.

MALHEIROS, Arnaldo (1961). O comportamento do eleitorado paulistano no pleito de 1959. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 10.

MARGAZÃO, Thiago (2013). A dimensão geográfica das eleições brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 2.

MENDES, Antônio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo (1994). Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. *Opinião Pública*, Campinas, v. 2, n. 2.

MENEGUELLO, Rachel; BIZARRO, Fernando (2012). Contexto e competição na política paulista. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1.

MOISÉS, José Álvaro (1990). Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 22.

MUNDIN, Pedro Santos (2012). Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *Revista de Sociologia & Política*, Curitiba, v. 20, n. 41.

NICOLAU, Jairo (2007). An Analysis of the 2002 Presidential Elections Using Logistic Regression. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 1, n. 1.

_____. (2014). Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3.

NISHIMURA, Katia Mika (2004). Conservadorismo Social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2.

NOVAES, Carlos Aberto Marques (1996a). A geografia do voto em São Paulo e contornos sociais da preferência do eleitor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45.

_____. (1996b). O primeiro turno da eleição para prefeito de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 46.

OLIVEIRA, Evelina Antunes (2004). Notas sobre a participação não-eleitoral no Nordeste. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2.

PAIVA, Denise; BRAGA, M^a. do Socorro; PIMENTEL, Jairo (2007). Eleitorado e Partidos Políticos no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2.

_____.; TAROUCO, Gabriela (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio (2001). O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.44, n.2.

PIERUCCI, Antônio Flavio; PRANDI, Reginaldo (1995). Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 1.

PIMENTEL, Jairo (2010). Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2.

PORTO, Mauro Pereira (1996). Televisão e voto: a eleição de 1992 para prefeito de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, v. 4, n. 1.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Machado (1992). Regiões, Classe e Ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26.

RENNÓ, Lucio (2001). Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 1.

_____. (2007a). Desigualdade e Informação Política: As Eleições Brasileiras de 2002. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4.

_____. (2007b). Escândalos e votos: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2.

_____. AMES, Barry (2014). PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 1.

_____.; CABELLO, Andrea (2010). As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não realinhamento?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74.

_____.; HOEPERS, Bruno (2010). Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86.

_____.; SPANAKOS, Anthony (2006). Fundamentos da Economia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto: As Eleições Presidenciais Brasileiras de 1994, 1998 e 2002. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian (2011). Sentimentos Partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2.

RODRIGUES, Leôncio Martins (1995). As eleições de 1994: uma apreciação geral. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1.

SADEK, M^a. Teresa (1989). As eleições de 1988: retórica ou rumo pluripartidário. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17.

SAMPAIO, Nelson de Souza (1967). Perfil Eleitoral da Bahia – 1966. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 23.

SAMUELS, David (1997). Determinantes do Voto Partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3.

SANTOS, José Nicolau (1964). Comportamento Eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 16.

SIMÃO, Aziz (1956). O Voto Operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1.

SINGER, André (2009). Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85.

SOARES, Gláucio (1960). Participação Eleitoral e separação de poderes. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, São Paulo, v. 3, n. 1.

_____. (1961a). Interesse político, conflito de pressões e abstenção eleitoral. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, São Paulo, v. 4, n. 1.

_____. (1961b). Mobilidade Social e comportamento político. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 11.

_____. (2000). Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43.

_____.; TERRON, Sonia Luiza (2008). Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2.

_____.; TERRON, Sonia Luiza (2010). As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento eleitoral ao divórcio. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2.

TRINDADE, Hégio (1971). Participação político-social ao nível local. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 8.

XAUSA, Leônidas. FERRAZ, Francisco (1967). As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 23.

ANEXO

Referências dos Artigos analisados por Teorias Explicativas do Voto

| Teoria Explicativa | Referência Bibliográfica |
|--------------------|---|
| Teoria Sociológica | Bohn, 2007 Bueno, 2012. Castro, 1993; Pierucci & Prandi, 1995; Sadek, 1989; Soares, 1960; 1961a; 1961b; |
| Teoria Psicológica | Albuquerque, 1992; Baquero, 1994; 2007; Pimentel, 2010; Carreirão & Barbetta, 2004; Carreirão & Kinzo, 2004; Carreirão, 1999; 2002; 2004; 2007a; 2007b; Cavallari & Olsen, 1993; Cintra, 1968; Dentzien, 1994; Elkins, 2000; Ferreira, 2000; Figueiredo, 1994; 2003; Holzacker & Balbachevsky, 2007; Guanieri, 2014 Balbachevsky, 1992; Kerbauy, 2004; 2011; Kinzo, 1992; 2005; Lavareda, 1989; Lima Jr., 1990; 1995; Lucio, Rennó & Castro, 2009; Mendes & Venturi, 1994; Moisés, 1990; Mundin, 2012; Nicolau, 2007; 2014; Nishimura, 2004; Oliveira, 2004; Paiva & Braga, 2007; Paiva & Tarouco 2011 Porto, 1996; Reis & Castro, 1992; Rennó & Ames, 2014; Rennó & Cabello, 2010; Rennó & Hoepers, 2010; Rennó, 2001; 2007a; 2007b; Ribeiro & Carreirão, 2011; Singer, 2009; Soares, 2000; Trindade, 1971; |

[CONTINUAÇÃO]

Referências dos Artigos analisados por Teorias Explicativas do Voto

| | |
|------------------------------------|---|
| Teoria da Escolha Racional | <p>Castro & Nunes, 2014 Figueiredo, Limongi <i>et al</i>, 2002 Pereira; Rennó, 2001 Rennó & Spanakos, 2006 Samuels, 1997</p> |
| Geografia Eleitoral | <p>Ames, 1994 Avelino, 2011 Azevedo, 1960; 1964 Balhana, 1969 Cervi, 2002 Ferraz, 1976 Ferreira, 1960 Figueiredo, Limongi <i>et al</i>, 2002 Fleischer, 1976 Gerschman, 1983 Lima Jr., 1995 Meneguello, 2012 Moisés, 1990 Novaes, 1996a; 1996b. Porto, 1996 Rodrigues, 1995 Soares & Terron, 2008; 2010 Xausa & Ferraz, 1967</p> |
| Descrição de Resultados eleitorais | <p>Brasileiro, 1967 Cruz, 1959 Dallari, 1967; 1976 Fernandes, 1995 Leão, 1964 Limongi & Mesquita, 2008 Malheiros, 1961 Sampaio, 1967 Santos, 1964 Simão, 1956</p> |